

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.
RELATÓRIO & CONTAS
2015



02

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

GRUPO VICTORIA
EM PORTUGAL

VICTORIA INTERNACIONAL
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Capital Social

54.500

Milhões de Euros

VICTORIA -
SEGUROS, S.A.

Capital Social

34.850

Milhões de Euros

VICTORIA -
SEGUROS DE VIDA, S.A.

Capital Social

8.500

Milhões de Euros

03

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

2015

A VICTORIA EM
NÚMEROS

116.883.344

Prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços

4.797.150

Provisão para participação no resultados

114.595.805

Prémios Brutos Emitidos

1.268.071

Participação nos Resultados atribuída

6.817.686

Rendimentos de Investimentos

261.961.962

Provisões Técnicas e Provisões para Outros Riscos e Encargos

85.078.132

Custos com Sinistros

385.610.591

Volume Total do Balanço

(Valores em Euros)

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro

PresidenteJ.A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade
Advogados (representada por Maria
Mateus Pinto)**Secretário**

Conselho de Administração

Didier Ridoret

Presidente

Pierre Esparbes

Vogal

Bernard Millequant

Vogal

Hubert Rodarie

Vogal

Cyrille Mascarelle

Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard

Presidente

Santiago Gil de Biedma

Vogal

António Vilar

Vogal

Luís Henriques

Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernest & Young Audit & Associados -
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ana Salcedas
(ROC nº 1230)**Efetivo**

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Suplente

Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle

Administrador Delegado

Carlos Suárez

Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho

Diretor Geral Adjunto

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

DIRETORES DE DEPARTAMENTO

João Ferreira da Fonseca

Dep. Canal de Corretores e Empresas

Júlio Gonçalves

Dep. Financeiro

Tiago Monteiro

Dep. de Gestão de Riscos e Planeamento

João Borbinha

Dep. de Informática

Carlos Ribeiro

Dep. de Operações

Alberto Bento

Dep. de Recursos Humanos e Logística

Ana Aragão

Dep. Técnico Pessoais

Miguel Roque

Dep. Técnico Reais

ÍNDICE

02	Grupo VICTORIA em Portugal
03	VICTORIA em Números 2015
04	Estrutura de Governo da Sociedade

1 RELATÓRIO

07	Relatório consolidado do Conselho de Administração
----	--

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

34	Balanço Consolidado
49	Demonstração Consolidada dos Resultados
42	Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
43	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
45	Demonstração Consolidada das Alterações nos Capitais Próprios
48	Notas às Demonstrações Financeiras

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

179	Certificado Legal de Contas
182	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

VICTORIA-SEGUROS S.A.

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 30 de Março de 2016
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico

1 RELATÓRIO

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.



1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 508º-A do Código das Sociedades Comerciais, do disposto no Decreto-Lei n.º 147/94 de 25 de Maio e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2015. Estes elementos referem-se às seguintes sociedades: VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. VICTORIA - Seguros, S.A. VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. SELICOMI Portugal, Lda

1.1

Situação económica

O crescimento da economia global no ano de 2015 deverá situar-se em cerca de 3,0% sendo assim inferior aos 3,3% observados em 2014. A queda dos preços do petróleo desde meados de 2014 não teve assim o efeito inicialmente esperado no crescimento dos países consumidores. Nas principais economias avançadas, a atividade económica parece por agora conseguir suportar a turbulência nos países emergentes.

Nos Estados Unidos da América (EUA), o crescimento foi suportado pelo consumo, ajudado pelos preços mais baixos do petróleo. Na Zona Euro, a atividade também é suportada por uma competitividade renovada após a queda do euro iniciada em meados de 2014. Na economia japonesa, a falta de procura interna faz com que se sinta mais a fraqueza do comércio externo.

O risco de desaceleração significativa do crescimento global gerou volatilidade nos mercados financeiros durante o segundo semestre de 2015. A dúvida sobre a capacidade das políticas monetárias dos principais bancos centrais em permitir a aceleração da atividade e da inflação vai-se reforçando de modo gradual. Eventualmente, se o crescimento muito aguardado não for acompanhado por um pouco mais de inflação, a questão da sustentabilidade da dívida poderia ressurgir, apesar das baixas taxas de juros mantidas pelos bancos centrais.

Nas economias emergentes, verifica-se uma desaceleração do crescimento económico tanto na América Latina como na Ásia emergente, incluindo a China. A América do Sul, que beneficiou da forte procura de matérias-primas até 2008, entrou em recessão em 2015, particularmente o Brasil, com uma contração esperada de -3,0%. Na China, o crescimento sofreu uma desaceleração contínua.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

No terceiro trimestre de 2015, as previsões oficiais apontam para um crescimento de 6,90% em 2015 (2014: 7,30%). O investimento, embora em desaceleração para um nível próximo de 10,0% ao ano (2014: 15,7%), e a procura externa continuam a ser os principais impulsores da atividade. O superavit comercial permanece elevado, devido à redução das importações.

Na Zona Euro, a queda da moeda e do petróleo permitiram uma recuperação moderada da atividade. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a um ritmo estimado de 1,50% (2014: 0,90%). Os índices Purchasing Managers Index (PMI) de produção e de serviços registam níveis que mostram uma certa resiliência face à desaceleração nos países emergentes. O consumo, com um crescimento médio dos últimos quatro meses de 1,50%, parece ser o principal motor da recuperação.

O crescimento alemão foi de 1,30% no terceiro trimestre, suportado pelo consumo, tendo a contribuição externa sido mais volátil. A economia espanhola confirmou sua recuperação com um crescimento de 3,20% nesse trimestre devidos ao bom desempenho da procura interna e do investimento. A atividade em França com um crescimento de 1,00% no terceiro trimestre continua a demonstrar ser menos dinâmica.

Apesar de uma melhoria da conjuntura, as medidas de redução dos défices orçamentais, as reformas estruturais em curso e a queda das moedas emergentes mantêm o risco de desenvolvimento de uma espiral deflacionária. Em toda a Zona, o índice de preços do consumidor (IPC) é de até 0,10% (2014: 0,40%).

Em Portugal, o crescimento do PIB situou-se em 1,60% (2014: 0,90%). As perspetivas para 2016 apontam para uma evolução de cerca de 1,70%, apontando assim para uma melhoria do clima económico. O consumo privado registou um crescimento de 2,7% (2014: 2,2%), tendo-se continuado a observar um aumento do investimento de 4,8% (2014: 2,8%). Com um défice público de cerca de 4,00% do PIB, previa-se para a evolução da dívida pública um valor no final do ano na ordem dos 125,20% do PIB. Fruto do aumento da procura interna, verificou-se uma subida nos preços do consumidor, assumindo a inflação o valor de 0,5% (2014: -0,2%). O desemprego, por seu turno, manteve a trajetória descendente tendo a respetiva taxa sido de 12,2% (2014: 13,9%), mantendo-se assim acima dos níveis históricos e da média da Zona Euro.

Como noutros países da Zona Euro, o final do ano de 2015, na sequência das eleições legislativas de 4 de outubro, marcou um ponto de viragem nas políticas governamentais, gerando-se incerteza relativamente aos impactos que essas alterações poderão ter na evolução futura da economia portuguesa.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

1.2 Mercados Financeiros

Em termos de política monetária, a primeira subida de taxas de 25 pontos base (pb) para 0,50% por parte da Reserva Federal Norte-Americana (Fed), que após alguma espera ocorreu já em Dezembro, marca um ponto de viragem, não sem riscos, na política monetária dos bancos centrais dos países desenvolvidos. O Fed justifica este aumento de taxas com a situação suficientemente robusta do mercado de trabalho, afirmando no entanto que o ciclo será muito gradual. Para além dos indicadores tradicionais de emprego e de inflação, o Fed é também sensível a elementos de estabilidade financeira e à conjuntura internacional, nomeadamente no que concerne à evolução das economias emergentes. Com efeito, a subida das taxas de juro, mesmo que gradual, deveria procurar evitar, num contexto em que a desaceleração dos países emergentes não está estabilizada, uma valorização do dólar americano (USD) que iria contribuir para a instabilidade nestes países.

Em contraste com o Fed, o Banco Central Europeu (BCE) cortou a sua taxa de depósito em 10 pb para o nível de -0,30%. O BCE mantém o seu programa de compras de títulos de dívida soberana iniciada em março de 2015, alargando-o à dívida local e regional.

O programa de Quantitative Easing (QE) foi mesmo alargado até Março de 2017 por causa do risco contínuo de deflação. Em paralelo com estas operações, foram criados mecanismos que, pelo menos, até Junho de 2016, permitem aos bancos refinarciar os seus empréstimos às Pequenas e Médias Empresas (PME).

Os mercados de ações fecharam positivos na Europa com uma valorização de 3,85% no índice EuroStoxx 50. Nos Estados Unidos, o S&P 500 encerrou o ano ligeiramente no vermelho com uma queda de 0,7%. Em Portugal o índice PSI 20 subiu 10,7%. O mercado de dívida soberana manteve-se na Europa em níveis extremamente baixos de taxas de juro, embora se tenha assistido a um aumento considerável da volatilidade e a oscilações nos preços dos ativos. Na Alemanha o rendimento do Bund a 10 anos subiu neste período de 0,54% para 0,63%, enquanto em Portugal o rendimento das Obrigações do Tesouro para o mesmo prazo recuou de 2,65% para 2,50%, refletindo uma redução no prémio de risco da dívida pública nacional de 212 para 188 pb.

Relativamente ao mercado de dívida de empresas, o aumento dos prémios de risco face à dívida soberana, natural em períodos de maior incerteza económica e volatilidade, ditaram um ano negativo para esta classe de ativos. O índice BofA Merrill Lynch Euro Corporate Index desceu 0,4% (2014: +8,2%).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O forte estímulo monetário do BCE teve um efeito adicional no mercado interbancário ao conduzir as principais taxas de juro de curto-prazo para níveis negativos. A taxa Euribor a 3 meses fechou o mês de Dezembro em -0,13% face a 0,08% no final do ano transato.

1.3 Mercado segurador

Em 2015, de acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a atividade seguradora apresentou uma redução de 11,60% (2014: crescimento de 9,10%) da produção do seguro direto que se situou em 11,9 mil milhões de euros. Manteve-se, como em anos anteriores mas em sentido inverso, um comportamento distinto entre os ramos Vida e Não Vida.

Com efeito, a produção do ramo Vida registou uma quebra de 17,80% (2014: crescimento de 12,90%). Para esta evolução contribuíram as evoluções negativas de quase todas as modalidades de seguros de vida, tendo no entanto os contratos de investimento ligados registado um crescimento de 5,39%. Esta modalidade passou deste modo a representar 24,43% do ramo Vida (2014: 19,05%) tendo os contratos de seguro não ligados registado uma

quebra para 39,07% (2014: 41,57%).

Esta evolução do Ramo Vida levou a uma redução do peso deste ramo no total da carteira de mercado para 70,40% (2014: 75,70%).

Nos Ramos Não Vida, registou-se em 2015 um crescimento de 3,8% (2014: decréscimo 0,1%), quebrando-se deste modo um ciclo negativo de vários anos, acompanhando a evolução mais favorável de alguns dos principais indicadores macroeconómicos do país, nomeadamente o crescimento do PIB e do próprio nível de desemprego. O ramo Saúde registou novamente um crescimento de 6,2% (2014: 3,3%) mantendo-se assim o dinamismo desta linha de negócio que, em volume de prémios, manteve o terceiro lugar no ranking relativamente ao universo dos ramos Não vida. Mantendo a inversão da tendência de queda que se começou a sentir em 2014, o ramo de Acidentes de Trabalho registou um aumento de 8,1% (2014: 0,9%) refletindo as condições de emprego da economia a par da continuação da procura de equilíbrio técnico do ramo. O ramo de Incendio e outros Danos registou um crescimento de 1,7% (2014: decréscimo de 1,2%), confirmando a evolução positiva das modalidades de Multirriscos Habitação e Industrial que representam cerca de 74% do ramo. O ramo Automóvel, por seu lado, registou também um crescimento de 2,1% (2014: decréscimo de 2,0%) refletindo a evolução da conjuntura económica.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Em 2015, a atividade Não Vida registou uma ligeira redução da sinistralidade que se traduziu num rácio de 67,5% (2014: 68,2%). Contudo, em alguns ramos como o Automóvel, o indicador em referência situou-se nos 72,5%, o que significou um aumento de 4,8 pontos percentuais face a 2014. O desempenho do ramo de acidentes de trabalho manteve-se deficitário apesar de se registar uma melhoria no rácio de sinistralidade do ramo que se terá situado nos 107,8% (2014: 113,6%). No ramo Saúde a sinistralidade deverá fixar-se em valores próximos dos do ano anterior 76,0% (2014: 76,0%). A menor frequência e amplitude dos fenómenos da natureza, como os registados em anos anteriores, levou o ramo Incendio e Outros Danos a apresentar um desempenho mais positivo com um rácio de sinistralidade próximo de 42,40% (2014: 52,9%).

Os resultados positivos do setor segurador registados neste ano contribuíram para o reforço da solvência que se situou em 238,0% (2014: 206,0%). As empresas de seguros do Ramo Vida apresentaram um rácio de cobertura de 217,0% enquanto as dos Ramos Não Vida registaram uma cobertura de 249,0%.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar, o ano de 2015 foi marcado pela publicação da Lei nº147/2015 de 9 de setembro que aprova o regime de

acesso e exercício à atividade seguradora e resseguradora, transpondo a Diretiva de Solvência II e procedendo à alteração e atualização do regime processual e de outros diplomas com impacto na atividade de seguros e de fundos de pensões.

2. ATIVIDADE DA VICTORIA EM 2015

2.1 Atividade da Empresa

O ano de 2015 foi o ano de lançamento dos novos objetivos definidos para o triénio 2015-2017, uma vez alcançada, em 2014, a rentabilidade alicerçada no equilíbrio técnico que permitiu o retorno da VICTORIA-Seguros, S.A. e da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aos resultados líquidos positivos.

De facto, enquanto princípio diretor da estratégia, também em 2015 ambas as Companhias apresentam resultados líquidos positivos, sendo certo que, pela primeira vez desde 2010, a VICTORIA-Seguros, S.A. cresceu em prémios brutos emitidos.

No tocante aos níveis de solvência, as sociedades perseveraram numa estratégia de negócio e de investimentos conducente à adequada capitalização das sociedades, atingindo, ao longo do exercício, níveis de Solvência I de 252,98% na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A e de 243,36% na VICTORIA-Seguros, S.A.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com o plano de ação desenhado, a VICTORIA encetou iniciativas destinadas à identificação, captação, defesa, retenção e recuperação de negócio rentável, através de distribuidores profissionais.

Com efeito, foi lançado o manual e a academia de vendas, sendo reforçado a implementação local do modelo de distribuição em vigor e a utilização do centro de contatos como ferramenta de geração de negócio para o distribuidor, criaram-se processos transversais para a defesa, retenção e recuperação de carteira, a abordagem comercial proactiva, o estudo da concorrência e o lançamento de novos produtos. Capacitou-se a entrada de novos distribuidores rentáveis, sendo aprovadas medidas de orientação tarifárias e políticas de incentivos conducentes ao desenvolvimento de parcerias de longo prazo.

O novo portal de agentes foi implementado, tendo adicionalmente sido desenvolvidas soluções pioneiras no mercado, promovendo sessões de formação, eventos e inquéritos de satisfação, robustecendo o posicionamento nos ramos estratégicos e a relação operacional com a Future Healthcare, tudo com o intuito de estar mais perto dos interlocutores preferenciais, duma forma diferenciada e transmissora de valor percebido.

A VICTORIA dedicou, igualmente, ao longo do ano, esforços que permitissem garantir o cumprimento do plano proposto para a implementação do modelo Solvência II. Com efeito, foi desenvolvida uma bateria de atividades que incluíram as rúbricas de integração na gestão, formação, funções-chave, políticas, controlo interno / risco operacional e submissão de informação, para além da preparação do Relatório FLAOR.

Por outro lado, ao nível organizacional, consolidou-se uma efetiva cultura de gestão por projetos, baseada na análise de custo-benefício e na monitorização de resultados, adequámos o modelo de gestão de riscos, organização e implementação de projetos, apostando na procura contínua de ganhos de eficiência provenientes da automatização de processos, persistindo na centralização da informação de gestão e de risco e reforçando a resposta dos sistemas de apoio.

Finalmente, ao nível da composição dos órgãos de gestão, a VICTORIA passou a contar, a partir de meados de 2015, com um novo Presidente dos Conselhos de Administração, o Senhor Didier Ridoret, com a passagem à reforma do anterior Presidente, o Senhor Alain Dupont.

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

2.2

Prémios e entregas

Em 2015, registou-se uma ligeira diminuição do volume de Prémios Brutos Emitidos (PBE) face ao ano anterior, atingindo EUR 114.595.805 (2014: EUR 117.406.342). Esta redução traduz-se em termos relativos num decréscimo de 2,4% dos PBEs face ao registado em 2014, mantendo a tendência do ano anterior (queda de 0,4 % face a 2013). Considerando o volume global de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento, verificamos que face ao ano transato, a evolução registada foi idêntica. Os prémios estatutários perfizeram o total de

EUR 116.883.344, o que compara com os EUR 118.685.003 registados em 2014, ou seja, registou-se um decréscimo de 1,5% face a 2014. No quadro seguinte, podemos analisar mais detalhadamente a evolução por ramo:

(Un: Euros)

Prémios e Entregas	2015	%	%	2014	%	%	Var 15/14
VIDA	42.534.370	100,0%	36,4%	44.652.853	100,0%	37,6%	-4,7%
Contrato de Seguro	40.246.831	94,6%	34,4%	43.374.192	97,1%	36,5%	-7,2%
Contratos de Investimento	2.287.539	5,4%	2,0%	1.278.661	2,9%	1,1%	78,9%
NÃO VIDA	74.348.974	100,0%	63,6%	74.032.150	100,0%	62,4%	0,4%
Acidentes de Trabalho	6.074.423	8,2%	5,2%	6.106.595	8,2%	5,1%	-0,5%
Acidentes Pessoais	3.644.649	4,9%	3,1%	3.612.966	4,9%	3,0%	0,9%
Saúde	28.806.775	38,7%	24,6%	28.177.929	38,1%	23,7%	2,2%
Incêndio	15.653.469	21,1%	13,4%	15.750.151	21,3%	13,3%	-0,6%
Automóvel	12.439.442	16,7%	10,6%	13.087.830	17,7%	11,0%	-5,0%
Transportes	5.337.960	7,2%	4,6%	5.521.830	7,5%	4,7%	-3,3%
Responsabilidade Civil	2.259.265	3,0%	1,9%	1.618.735	2,2%	1,4%	39,6%
Diversos	132.992	0,2%	0,1%	156.757	0,2%	0,1%	-15,2%
TOTAL	116.883.344		100,0%	118.685.003		100,0%	-1,5%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

No ramo Vida, registou-se em 2015 uma quebra de 7,2% na receita proveniente de contratos de seguro (2015: EUR 40.246.831 vs 2014: EUR 43.374.192).

Evolução em sentido inverso verificou-se na produção de contratos de investimento. Neste caso, enquanto em 2014 o volume de prémios se situara nos EUR 1.278.661, em 2015 o valor registado foi de EUR 2.287.539. Em termos relativos, observamos assim, um aumento de 78,9% com origem na comercialização de contratos de investimento. Noutra perspetiva, constata-se que mantendo a tendência de 2014, a receita de prémios com origem em contratos de Empresas apresentou um aumento significativo, 36,4%, assumindo o volume total de prémios o valor de EUR 17.565.661 (2014: EUR 12.875.413).

Evolução no sentido inverso foi registada na receita obtida através de contratos celebrados com Particulares que decresceu 21,4%, atingindo os EUR 24.968.708 (2014: EUR 31.777.439). No seu conjunto, a produção Vida decresceu 4,7%, face a um crescimento de 11,1% registado em 2014.

Nos ramos Não Vida, contrariando a tendência dos anos anteriores, a VICTORIA registou um crescimento global de 0,4% (2014: redução 6,9%).

No ramo de Saúde, contrariando o registo do ano anterior, a produção cresceu 2,2% (2014: -1,5%), para um total de EUR 28.806.775 (2014: EUR 28.177.930). A VICTORIA manteve em 2014 neste ramo o 5º lugar no ranking à semelhança do sucedido em 2014.

Em Incêndio e Outros Danos, mantendo a tendência registada em 2014, a VICTORIA registou uma quebra de produção de 0,6% (2014: -8,6%). Esta evolução marcada pela rigorosa política de subscrição, tenderá a esbater-se ou mesmo inverter-se na sequência do lançamento da nova gama de produtos iniciada no último trimestre de 2015.

Apesar dos ténues sinais de recuperação dados pela economia nacional mas essencialmente fruto do continuado rigor na subscrição, o ramo Automóvel manteve a tendência de quebra de produção e recuando este ano 5,0% (2014: -16,4%).

No ramo Transportes mais uma vez, a VICTORIA consolidou a sua posição como empresa de referência no mercado ocupando a quarta posição no que diz respeito à receita de prémios. Face a 2014, verifica-se um decréscimo nos Prémios Brutos Emitidos (PBE) de 3,3% (2014: 8,0%), ao qual corresponde um volume de prémios de EUR 5.337.960 (2014: EUR 5.521.187). Este ramo que tem assumido uma importância crescente manteve em 2015 quase inalterada a sua quota na carteira de 4,6% do total de prémios emitidos, face a 4,7% no ano transato.

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Acidentes de Trabalho continua a ser um ramo no qual a subscrição de riscos exige um acrescido rigor e prudência, sendo inclusivamente um ramo que tem sido objeto de ações específicas de controlo por parte da autoridade de supervisão. Em 2015 nesta linha de negócio, a VICTORIA registou uma quebra na produção de 0,5%, à qual correspondeu uma receita de prémios de EUR 6.074.423, o que compara com a descida de 23,6% no ano anterior (2014: EUR 6.106.595).

O ramo de Acidentes Pessoais registou uma evolução positiva, em linha com a evolução do mercado. O volume de prémios apresentou um crescimento de 0,9 % (2014: 3,3%), para EUR 3.644.649 (2014: EUR 3.612.956).

Em Responsabilidade Civil Geral, a VICTORIA registou um acréscimo de produção de 39,6% (2014: de 35.3%), ao qual correspondeu um nível de produção de EUR 2.259.265 (2014: EUR 1.618.735). Esta evolução ficou a dever-se fundamentalmente ao contributo da linha de Responsabilidade Civil de Exploração e profissional, que por si só, explica 96% da produção do ramo.

A receita gerada nos ramos Diversos apresentou um decréscimo de 15,2% (2014: -20,2%). O volume de prémios neste ramo foi de EUR 132.992 (2014: EUR 156.757), representando apenas 0,1% do total de prémios.

2.3

Sinistralidade e Participação nos Resultados

Em 2015, o valor global não consolidado registado em custos com sinistros de contratos de seguro, ascendeu a EUR 85.078.132 (2014: EUR 91.594.385) traduzindo um desagravamento de 7,1% face ao verificado no período homólogo (2014: aumento de 1,1%).

(Un: Euros)

Custos com Sinistros	2015	2014	Var 15/14
VIDA	36.961.366	38.869.565	-4,9%
NÃO VIDA	48.116.766	52.724.820	-8,7%
Acidentes de Trabalho	7.778.627	5.748.055	35,3%
Acidentes Pessoais	566.012	1.136.432	-50,2%
Saúde	20.603.432	21.906.057	-5,9%
Incêndio e outros danos	6.254.742	10.403.183	-39,9%
Automóvel	8.904.666	9.054.469	-1,7%
Transportes	3.140.529	4.323.511	-27,4%
Responsabilidade Civil e Diversos	868.758	153.115	467,4%
TOTAL	85.078.132	91.594.385	-7,1%

No ramo Vida, as indemnizações globais ascenderam a EUR 36.961.366 (2014: EUR 38.869.565), representando um decréscimo de 4,9% relativamente ao período homólogo (2014: 5,5%).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

%). Os montantes pagos relativos a Vencimentos, Rendas, Resgates e os custos de gestão imputados, sofreram no seu conjunto uma quebra de EUR 2.196.175 face a 2014, ou seja, menos 6,1%. Em sentido inverso, contribuíram, os capitais por morte ou invalidez e Outras rubricas, onde o aumento registado foi de 9.1% face ao ano anterior, ou seja mais EUR 287.977.

Individualmente, de destacar o aumento de 9,2% verificado nos montantes pagos com os capitais por morte ou invalidez, ou seja, mais EUR 285.310 que em 2014 e nos custos de gestão imputados, 63,3%, ou seja, mais EUR 405.510 que no ano anterior. Destaque igualmente para diminuição registada nos montantes pagos correspondentes a resgates, -13,5%, ou seja, menos EUR -2.279.593 que em 2014.

As indemnizações no ramo Vida apresentaram a seguinte distribuição:

	(Un: Euros)		
Custos com Sinistros	2015	2014	Var 15/14
VIDA	36.961.366	38.869.565	-4,9%
Vencimentos	15.425.011	15.632.669	-1,3%
Capitais morte ou invalidez	3.379.985	3.094.675	9,2%
Rendas	2.443.584	2.558.018	-4,5%
Resgates	14.605.374	16.884.967	-13,5%
Outras	61.291	58.624	4,5%
Custos gestão imputados	1.046.121	640.611	63,3%

A provisão para Participação nos Resultados sofreu uma redução de EUR 2.546.537 (2014: EUR 2.580.574) com a seguinte distribuição: EUR 2.362.978 (2014: EUR 2.465.101) por força dos montantes pagos aos nossos segurados e EUR 183.559 (2014: EUR 115.473) que foram utilizados para aumento dos benefícios. Por outro lado, foram atribuídos do resultado do ramo Vida EUR 2.037.451 (2014: EUR 2.103.776) à mesma Provisão. Assim, no final do exercício, a Provisão para Participação nos Resultados constituída era de EUR 4.324.694 (2014: EUR 4.833.780).

As provisões matemáticas sofreram um decréscimo no montante de EUR 1.789.968 (2014: 2.425.255), considerando a variação de benefícios mencionada no parágrafo anterior. À semelhança de anos anteriores, foram efetuados testes de adequação das responsabilidades.

As provisões matemáticas adicionais para garantia de resgate totalizaram EUR 3.620.032 (2014: 3.658.033). Registou-se um incremento no valor das provisões para compromisso de taxa para EUR 5.175.848 (2014: EUR 4.558.394).

A provisão para participação nos resultados a atribuir, sofreu uma redução face ao valor registado no ano anterior, totalizando em 2015 EUR 471.860 (2014: EUR 970.605).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Nos ramos Não Vida e à semelhança do registado no período homólogo, verificou-se uma diminuição dos custos com sinistros, refletindo uma redução de 8,7% face a 2014 (2014: decréscimo de 1,9%). O valor total dos custos com sinistros registados nos ramos Não Vida foi de EUR 48.116.766 (2014: EUR 52.724.820). A taxa de sinistralidade registada nestes ramos apresentou um desagravamento de 4,2 p.p. face ao ano anterior, situando-se nos 65,6% (2014: 69,8%). A sinistralidade do ano registou uma redução para 65,60% (2014: 74,3%), tendo o contributo da sinistralidade de anos anteriores sido menor de -0,1% (2014: -4,5%).

Detalhando a análise por ramo:

Taxa de Sinistralidade	2015	2014	Var 15/14
NÃO VIDA	65,6%	69,8%	-4,2
Acidentes de trabalho	127,8%	92,1%	35,6
Acidentes pessoais	15,5%	31,0%	-15,5
Saúde	73,1%	77,4%	-4,3
Incêndio e outros danos	39,9%	63,3%	-23,4
Automóvel	71,6%	65,8%	5,8
Transportes	60,1%	78,4%	-18,2
Responsabilidade Civil e Diversos	40,9%	9,3%	31,7

Relativamente à evolução registada no rácio de sinistralidade dos ramos reais, destacam-se os seguintes aspetos.

- Embora a sinistralidade do ramo automóvel tenha sofrido um agravamento de 5,8 p.p. face a 2014 situando-se nos 71,6% (2014: 65,8%), a sinistralidade do ano, teve um comportamento inverso tendo ficado nos 65,6% (2014: 69,8%);
- Mantendo a tendência registada em 2014, registou-se um agravamento na sinistralidade de Acidentes de Trabalho, para 127,8% (aumento global de 35,6 p.p.). Apesar de se ter registado uma considerável redução da frequência, registou-se um desvio do custo médio do ano, fruto de um aumento da severidade em consequência do incremento do número de sinistros graves bem como ao aumento do número de pedidos de revisão de incapacidades. O impacto destes aumentos é agravado pela redução da carteira;
- No ramo de Incêndio, o rácio diminuiu 23,4 p.p. para 39,9%, (2014: 63,3%). Esta variação muito favorável reflete a menor frequência e impacto de intempéries registadas no ano de 2015 em comparação com os anos anteriores;
- Em Saúde, o rácio de sinistralidade regista uma evolução favorável, recuando 4,3 p.p. para 73,1% (2014: 77,4%), mantendo-se assim a tendência registada em 2014 com um desagravamento de 8,3% face a 2013. Esta situação resulta não só da renegociação das condições da Rede de prestadores da Future Healthcare, mas também da

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

implementação de um conjunto de mediadas relacionadas com a gestão de sinistros assim como da manutenção do rigor na seleção de riscos no momento da subscrição;

Para além de se proceder ao acompanhamento mensal das provisões registadas contabilisticamente, com base trimestral é efetuada a verificação da adequação global de provisões recorrendo à aplicação de modelos determinísticos. Sempre que necessário, os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são refletidos nos resultados da empresa. Embora sem carácter vinculativo, a aplicação de modelos estocásticos para realização do teste à suficiência de provisões é igualmente realizado. Da aplicação dos referidos modelos, não resulta a identificação de qualquer situação de provisionamento insuficiente.

Das análises efetuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao respetivo custo de encerramento, efetuadas no final de cada ano, regista-se na generalidade dos exercícios um run off positivo. O estudo efetuado no encerramento do exercício permite ainda constatar, que existe no encerramento dos sinistros libertação de provisão, reflexo da política de prudência seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros.

2.4 Resseguro cedido

A VICTORIA-Seguros, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, a Swiss Re, a MMA (ex-GMF), a John Hancock, a Nacional de Reaseguros, a R+V Versicherung AG, a Hannover Re, a Mapfre Re, a SMABTP, a SCOR, a General Re, a Caisse Centrale de Reassurance, a XL Re, a Catlin Re, a Amlin Re, a Everest Re, a Devk Re, a Odyssey Re, a Si Re, a New Re, a MCR, a Klin, a Liberty e a MACSF e iniciou com a Arch Re. Em Assistência, a VICTORIA – Seguros, S.A. teve contratos com a Europeia de Seguros em Acidentes Pessoais Viagens, com a Interpartner para a assis-tência de Saúde e os restantes iniciou com a RNA - Rede Nacional de Assistência, SA.

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, a John Hancock, a Nacional de Reaseguros, a Scor Global Life, a Mapfre Re e a RGA Re, a Hannover Re e Império Assurances et Capitalisation, SA. Em Assistência iniciou contrato em 2015 com a RNA – Rede Nacional de Assistência, SA..

Manteve-se assim, a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

(Un: Euros)

Resseguro cedido NÃO VIDA	2015	2014	Var 15/14
Resultado	-7.685.284	-5.867.346	31,0%
Prémios adquiridos cedidos	-38.938.143	-33.438.584	16,4%
Comissões	12.353.524	7.595.390	62,6%
Custos com Sinistros	18.899.335	19.975.847	-5,4%

(Un: Euros)

Resseguro cedido VIDA	2015	2014	Var 15/14
Resultado	-525.017	-219.959	138,7%
Prémios adquiridos cedidos	-2.699.599	-2.813.920	-4,1%
Comissões + Part. Resultados	1.633.981	2.156.830	-24,2%
Custos com Sinistros	540.601	437.132	23,7%

A variação mais significativa das rubricas de prémios e comissões está relacionada com alterações de alguns tratados. A quebra de resultado, face ao período homólogo, está relacionada com o fato de 2015 ter sido um ano muito favorável a nível de sinistralidade, tendo-se verificado frequências e severidades baixas.

Em 2015 não existiram alterações nas condições do tratado de resseguro face ao período homólogo. O resultado de resseguro cedido está afetado pelo aumento dos custos com sinistros e respetivas consequências a nível de participação nos resultados.

2.5

Custos por natureza a imputar

Os custos por natureza a imputar atingiram EUR 21.395.413 (2014: EUR 22.695.203) o que se traduz numa redução de 5,7% (2014: 14,5%). A reestruturação realizada em 2014 e que se caracterizou por redução do número total de efetivos, traduziu-se tal como esperado, numa redução de 6,8% nos Custos de Pessoal.

A redução do número de colaboradores, combinada com o esforço contínuo de racionalização de custos, permitiu que a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registasse uma quebra de 3,6%, destacando-se nesta rubrica de custos, a redução do custo com rendas e alugueres, que para além de estar associada à redução de efetivos já mencionada, reflete igualmente a reorganização comercial da VICTORIA, nomeadamente, do encerramento de algumas delegações operado.

A redução significativa dos custos associados a trabalhos especializados, contribuiu igualmente, para a forte redução dos Fornecimentos e Serviços Externos.

Assim, apesar da redução de prémios registada, com alguma naturalidade, o rácio de Custos por Prémios brutos adquiridos evoluiu de forma favorável durante o exercício, descendo de 18,9% em 2014, para 18,5% no final do ano em apreço.

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

(Un: Euros)

Custos por natureza a imputar	2015	2014	Var 15/14
Total	21.395.413	22.695.203	-5,7%
Custos com pessoal	11.486.153	12.322.627	-6,8%
Fornecimento e Serviços Externos	7.633.663	7.921.912	-3,6%
Impostos e Taxas	519.081	442.798	17,2%
Amortizações	1.442.696	1.678.594	-14,1%
Juros e Comissões	313.820	329.272	-4,7%
% Prémios brutos adquiridos e entregues	18,5%	18,9%	-0,4%

2.6

Rácio combinado Não Vida

Mantendo a tendência do período homólogo, o rácio combinado líquido de resseguro da atividade Não Vida, continuou a denotar uma melhoria acentuada situando-se nos 107,0%, o que corresponde a uma diminuição de 3,1 p.p. (2014: 2,5 p.p.).

Rácio combinado líquido de resseguro	2015	2014	Var 15/14
NÃO VIDA	107,0%	110,1%	-3,1
Acidentes de trabalho	158,4%	121,8%	36,6
Acidentes pessoais	101,6%	127,7%	-26,1
Saúde	88,6%	102,3%	-13,7
Incêndio e outros danos	82,4%	125,7%	-43,3
Automóvel	107,6%	108,3%	-0,7
Transportes	84,0%	94,1%	-10,1
Responsabilidade Civil e Diversos	164,3%	96,7%	67,5

A evolução favorável manifestada pelo rácio combinado líquido, não se manifestou de forma homogenia.

Contribuíram de forma significativa para essa evolução, os Ramos Incêndio e outros danos (diminuição de 43,3% face a 2014) e Acidentes Pessoais (-26,1% comparativamente ao ano anterior).

Em sentido contrário evoluíram os Ramos de Responsabilidade Civil e Diversos registando um aumento de 67,5 % relativamente a 2014, e Acidentes de Trabalho (+36,6% que em 2014).

Mantiveram-se em 2015 as condições positivas que levaram a uma libertação de provisões para riscos em curso no montante global de EUR 2.116.909. Naturalmente, que nem todos os Ramos evoluíram de forma homogénea. Destaque para os Ramos de Acidentes de Trabalho e de Responsabilidade Civil e Diversos, onde a provisão foi reforçada em EUR 189.378 e em EUR 29.096, respetivamente.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

2.7 Recursos Humanos

No final de 2015 a VICTORIA tinha um total de 269 empregados (91 Vida e 178 Seguros) (2014: 273). A média etária era de 42,33 (2014: 41,63) anos, a antiguidade média no Grupo era de 12,28 (2014: 11,48) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 55,0 % (2014: 54,2%). Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2015, 50,2% (2014: 50,9%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário.

Dando seguimento às normas constantes no Contrato Coletivo de Trabalho para a atividade seguradora publicado em 15/01/2012, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2015 contribuições no total de EUR 126.399,89 para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores admitidos na atividade seguradora até 31 de Dezembro de 2012.

O anterior Plano de Pensões de Benefício Definido, mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam

a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Benefício Definido, agora alterado.

2.8 Formação

A consolidação da adaptação da estrutura orgânica ao modelo de negócio preconizado pela VICTORIA no último triénio, implicou a criação de planos de mobilidade interna, exigindo um constante alinhamento da formação dos recursos humanos no sentido de se adaptarem aos novos desafios funcionais.

Neste sentido, foram desenvolvidas 84 ações de formação, correspondendo a 2400 horas e abrangendo um total de 1051 participações de colaboradores nos diversos programas de formação interna (85%) e externa (15%), com a seguinte distribuição:

- Área Comercial e Marketing - (62%);
- Áreas transversais (Gestão Projetos, Gestão de Desempenho, Formação em Segurança e Saúde no Trabalho) - (6%);
- Sistemas de Informação (ferramentas tecnológicas, metodologias e administração de sistemas informáticos associados a projetos transversais) – (16%);

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- Área Técnica de negócio (ferramenta gestão de processos de negócio, gestão e administração de portal de agentes, formação técnica de seguros e oferta de Produtos VICTORIA) - (16%);

Academia de Formação VICTORIA

A VICTORIA tem vindo a reforçar a aposta continuada na formação dos seus recursos humanos, através da Academia de Formação VICTORIA, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento de conhecimentos técnicos e competências que promovam o crescimento profissional dos Colaboradores, de acordo com diversos patamares de intervenção formativa:

1º Patamar conhecimentos ligados aos princípios da atividade seguradora e à teoria geral de seguro

2º Patamar | conhecimentos técnicos específicos, nomeadamente nos Ramos Estratégicos

3º Patamar | formação comportamental, competências pessoais e de gestão

4º Patamar | formação em ferramentas de trabalho (sistemas, processos)

Tendo sido desenvolvidas ações nos vários patamares, surgiu ainda a necessidade de reforçar o posicionamento diferenciador da VICTORIA no mercado, através da criação e desenvolvimento do conceito da Academia de Vendas VICTORIA que passa a ser parte integrante da Academia de Formação VICTORIA, reafirmando a sua pertinência enquanto alavanca estratégica das vendas.

O objetivo da Academia de Vendas VICTORIA é estimular a aprendizagem e/ou consolidação de competências e conhecimentos dos nossos profissionais vendedores, que assim se diferenciam e posicionam como referência no mercado segurador.

Foi com esse alinhamento que durante 2015, com uma extraordinária cadência, se desenvolveram ações que permitiram dar corpo aos três pilares principais desta Academia, reforçando em particular o envolvimento e a transmissão de conhecimentos entre as áreas técnicas e comerciais e reforçando o potencial e atitude comercial da nossa força de vendas, através de um conjunto de ações de formação comportamentais.

Formação a Canais de Mediação

A Área de Formação a Canais de Mediação desenvolveu ao longo do ano, um plano de formação que contemplou 74 ações

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

ações de formação nas diversas áreas de formação, no total de 574 horas de formação, correspondendo a e 446 participações a diferentes públicos-alvo (Empregados, Agentes de Seguros, Parceiros de Negócio e Operadores do Centro de Contactos e Distribuição).

Formação Anti-Fraude

Foi assegurado um Plano de Formação Interna de sensibilização sobre o tema de enorme relevância da Anti Fraude. A formação das nossas “Equipas de Intervenção” nesta área, teve o propósito de promover uma maior consciencialização da importância do papel destas Equipas, partilhando o trabalho já realizado e identificando formas de melhoria contínua na deteção/prevenção de situações de fraude.

Formação – Projetos Transversais

No âmbito do lançamento de novos projetos transversais, foram igualmente desenvolvidas diversas ações de formação técnicas (tecnológicas, processos), com vista a dar suporte à implementação dos mesmos. Destacam-se as sessões de formação para apresentação do novo conceito e respetivas funcionalidades do Novo Portal de Agentes, ferramenta fundamental para uma ágil e eficiente comunicação e relação com os agentes.

VICTORIA socialmente responsável

Continuando ciente da importância do seu papel na sociedade, a VICTORIA desenvolveu durante 2015 um conjunto alargado de iniciativas no âmbito da sua política de Responsabilidade Social Interna.

Para além de um conjunto de ações que continuaram a visar um cada vez maior equilíbrio entre a vida pessoal/profissional dos seus Colaboradores, em 2015 houve um alargamento das ações que visavam sensibilizar cada vez mais para uma crescente consciencialização solidária. Nesta vertente e em particular no apoio de causas e instituições de cariz social, o ano de 2015 foi exemplificativo da enorme participação voluntária de todos os Colaboradores, no seu envolvimento no projeto e no seu crescente entendimento que em particular nesta mas como em tantas outras atividades, as iniciativas são de “TODOS, partilhadas por TODOS e para TODOS!”

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

2.9 Investimentos

O grupo VICTORIA em Portugal está integrado no grupo SMA (desde finais de 2011), sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA.

Em 2015 manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos consolidada das empresas de seguros atingiu, no final de 2015, o montante de EUR 343.171.912 (2014: EUR 347.903.291) e que se concentrou maioritariamente na rubrica Títulos e Participações Financeiras.

O investimento em Imóveis corresponde a 13,4% (2014: 12,2%) e as aplicações em títulos totalizam 85,9% (2014: 87,2%). A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

(Un: Euros)

Carteira de Investimentos	2015	%	2014	%	Var 15/14
Total	343.171.912	100,0%	347.903.291	100,0%	-1,4%
Títulos e Participações Financeiras	294.908.105	85,9%	303.355.452	87,2%	-2,8%
Imóveis	45.979.475	13,4%	42.507.553	12,2%	8,2%
Outros Ativos Financeiros	2.284.332	0,7%	2.040.286	0,6%	12,0%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 294.908.105 (2014: EUR 303.355.452) e a 31 de Dezembro de 2015 apresentava a seguinte distribuição:

(Un: Euros)

Carteira de Títulos	2015	%	2014	%	Var 15/14
Total	294.908.105	100%	303.355.451	100%	-2,8%
Divisão Pública	123.198.376	41,8%	138.083.220	45,5%	-10,8%
Obrigações Diversas	128.909.435	43,7%	141.958.613	46,8%	-9,2%
Ações e Participações	3.183.409	1,1%	3.183.409	1,0%	-0,0%
Outros	39.616.885	13,4%	20.130.210	6,6%	96,8%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Em 2015 a queda das taxas de juro dos títulos emitidos por Estados Soberanos registou uma forte tendência de redução, tendo inclusive para os países de menor risco e para as maturidades mas curtas descido abaixo de 0. Neste contexto e de forma tática a gestão privilegiou o investimento em unidades de participação de fundos de tesouraria. Desta forma, refira-se o crescimento da classe de ativos “Outros” que passou a representar 13,4% (2014: 6,6%) da carteira de títulos.

No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 91,4% (2014: 94,5%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating Carteira Obrigações	2015	2014
Total	100,0%	100,0%
AAA	17,0%	23,0%
AA	38,5%	36,4%
A	23,0%	24,3%
BBB	12,8%	10,9%
BB	0,9%	1,9%
B	0,6%	0,0%
NR	7,1%	3,6%

O resultado de investimentos subiu cerca de 1,6 milhões de euros face a 2014, totalizando EUR 11.415.836 (2014: EUR 9.850.876). Este aumento deveu-se à valorização do património imobiliário e permitiu contrariar a descida na rubrica de rendimentos (-4,5%), quer devido ao reinvestimento dos vencimentos a taxas de rendimento inferiores quer devido à própria redução da carteira de investimentos. De forma positiva, destaca-se a contribuição da rubrica de imparidades que não registou em 2015 qualquer valor (2014: EUR 145.683).

(Un: Euros)

Proveitos de Investimentos	2015	2014	Var 15/14
Total	11.415.836	9.850.876	15,9%
Rendimentos	6.817.686	7.136.940	-4,5%
Ganhos Realizados	5.218.064	3.528.297	47,9%
Perdas Provenientes de Alienação	619.913	668.679	-7,3%
Perdas por Imparidade	-	145.683	-100,0%

2.10 Fundos de Pensões

No ano de 2015, os ativos relativos a Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA apresentaram um crescimento de 4,2% e totalizaram um montante de EUR 28.096.260 (2013: EUR 26.966.788), distribuídos por 6 fundos distintos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

2.11 Meio Ambiente

A VICTORIA sempre prestou uma atenção especial à proteção do meio ambiente. Neste contexto inserem-se medidas que visam a poupança de energia e a utilização de meios de trabalho que reduzam o mais possível os efeitos negativos em termos ambientais.

Assim verificámos que, para além dos impressos publicitários e de alguns outros formulários de menor volume, o nosso consumo de papel assenta primordialmente em folhas A4, cujo consumo foi de 2,5 (2014: 2,9) milhões de folhas. Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 2,4 (2014: 2,9) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Oeiras.

Os consumos de energia e água no nosso Edifício de Miraflores, situaram-se em 759.129 (2014: 715.818) KW/H de energia elétrica, 30.653 (2014: 25.285) m3 de gás natural e 4.241 (2014: 2.869) m3 de água.

O consumo médio, por utilizador do Edifício e por ano, foi de 3.258 (2014: 4.210) KW/H de energia elétrica, 131,56 (2014: 148,74) m3 de gás natural e 18,2 (2014: 16,88) m3 de água.

O consumo nas nossas Delegações e Escritórios, incluindo o situado no Edifício VICTORIA, foi de 160.287 (2014: 172.819) KW/H de energia elétrica e de 820,18 (2014: 891,55) m3 de água.

2.12 Gestão de Riscos e Controlo Interno

Em 2015, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comitês específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, esta mantém o seu funcionamento integrada dentro da Direção de Gestão de Riscos e Planeamento tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Cabe ao Comité de Risco analisar a evolução e garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado. Este mantém a estrutura do ano anterior, sendo coordenado pela Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, tendo a participação dos diretores de topo da companhia. Outros Comités existentes que também dão suporte ao desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno são: Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité Anti-Fraude.

A nível de estrutura de assinalar a criação de uma área específica para o tratamento do risco operacional e respetivo Controlo Interno, no final do ano de 2015, denominada Organização e Controlo.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2015 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo SMA;
- Continuidade da atualização da documentação dos processos mais significativos, com a identificação dos donos, objetivos, principais atividades, riscos e respetivos controlos;

- Identificação de gestores de risco por processo, de forma a garantir a identificação e atualização contínua dos respetivos riscos e controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, permitindo a tomada de medidas corretivas e a identificação/desenvolvimento de novos controlos;
- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, acompanhado pelo Comité Anti-Fraude, sendo operacionalmente constituído pela área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude;
- Finalização da primeira fase do projeto de Plano de Continuidade de Negócio (PCN), assente na conclusão dos seguintes objetivos/ entregáveis: BIA (Business Impact Analysis); PRT (Plano de Recuperação Tecnológico), PSI (Plano de Segurança Interno); PCC (Plano de Controlo de Crise); Estratégia do PCN e Manutenção do PCN.

Relativamente a 2015, deve-se também destacar as atividades relacionadas com a preparação para o novo regime de Solvência II:

- Reporte do primeiro relatório FLAOR (Forward Looking Assessment of Own Risks) à entidade de supervisão;

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- Desenvolvimento e implementação da ferramenta de reporte quantitativo de Solvência II;
 - Reporte anual quantitativo e qualitativo no âmbito solo (VICTORIA - Seguros, SA; VICTORIA – Seguros de Vida, SA) e grupo (VICTORIA Internacional de Portugal – SGPS);
 - Reporte trimestral quantitativo no âmbito solo e de grupo;
 - Desenvolvimento do sistema de governação, com a definição das funções chave e desenvolvimento das diversas políticas, já alinhadas com as métricas e objetivos do grupo;
 - Análise da Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o ordenamento jurídico português a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 25 de novembro, também denominada “Diretiva de Solvência II”.
- Para 2016 as ações estratégicas delineadas pelas áreas de Gestão de Riscos e Organização e Controlo Interno e alinhadas com o grupo SMA são:
- Implementação integral do regime de Solvência II, que entra em vigor a 01 de janeiro de 2016;
 - Desenvolvimento e implementação da ferramenta de reporte quantitativo de Solvência II;
 - Manter o desenvolvimento contínuo de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permita efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;
 - Manter o suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;
 - Continuar a atualização das matrizes de risco operacional para os vários processos e respetiva avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
 - Implementação da ferramenta do grupo no âmbito do Risco Operacional e Controlo Interno;
 - Continuar a construção de modelos de deteção e prevenção de Fraude e Branqueamento de Capitais;
 - Manter continuamente a dinamização da cultura de risco por toda a organização.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

2.13 Margem de Solvência

O cálculo da Solvência Corrigida ao nível da sociedade gestora de participações no sector de seguros é efetuado pelo método baseado na consolidação contabilística. A cobertura da Margem de Solvência, é 2,55 (2014: 2,54) vezes superior ao necessário, representando este rácio um superavit de 39 Milhões de Euros (2014: EUR 39 Milhões de Euros).

Na VICTORIA-Seguros, S.A., a Margem de Solvência evidencia no final do ano um rácio de cobertura de 2,43 (2014: 2,51).

Na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., a Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,53 (2014: 2,64).

2.14 Outras Informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

2.15 Resultado do Exercício

O resultado do exercício líquido de impostos da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., é de EUR 3.449 (2014: EUR - 11.479).

O resultado do exercício líquido de impostos da SELICOMI Portugal, Lda, é de EUR 231.781 (2014: EUR - 18.010).

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 75.4899 (2014: EUR 440.489). O resultado líquido de impostos é de EUR 521.424 (2014: EUR 338.623).

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 414.270 (2014: EUR 46.412). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 56.585 (2014: EUR 21.003).

O resultado da consolidação contabilística efetuada é de EUR 2.618.714 (2014: 351.636).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

2.16 Consolidação dos Resultados

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

2.17 Considerações Finais e Previsões para o Ano 2016

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento atingiu em Janeiro de 2016 o valor de EUR 16.677.968 (2015: EUR 17.246.378), o que representa uma quebra de 3,30% (2015: crescimento de 0,90%).

A sustentabilidade do negócio e da VICTORIA, num enquadramento económico onde as incertezas aumentam, continua a constituir um objetivo muito ambicioso. O Plano do ano 2016 foi construído a partir das seguintes ações que foram identificadas como reposta a este desafio:

- Alargar a captação e a base de distribuição
- Aumentar a eficácia do processo comercial
- Melhorar a defesa e retenção da carteira

- Implementar novas funcionalidades no portal de agentes
- Implementar um portal de clientes

Em 2016 continuarão deste modo a ser aprofundados os conceitos estratégicos que diferenciaram os últimos quatro anos da VICTORIA, procurando sempre uma maior proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, atualizando uma oferta diferenciada de produto, assegurando um posicionamento de especialização e uma proposta de valor distinta. Será desta forma fortalecida a filosofia de produtos com estrutura modular e multirramo, apostando na distribuição especializada, na cooperação com a Império Assurances e na exploração, junto dos parceiros preferenciais, de novas formas de retenção e de crescimento rentáveis.

Em 2016, será consolidada a implementação das diversas ferramentas de governação e de gestão de riscos mantando o desenvolvimento da melhoria da qualidade de dados, da informação de gestão e da revisão de processos. Procura-se desta forma atingir um grau mais elevado de eficiência na gestão dos vários processos da empresa. Como nos últimos anos, a formação continuará a ser um dos eixos estratégicos de desenvolvimento da VICTORIA, sendo reforçado o investimento em ações que aumentem o potencial dos recursos da empresa. Da mesma forma, continuará a ser fortalecida a organização das ações de Responsabilidade Social interna.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

2.18

Considerações finais

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA e a todos os Parceiros pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

Lisboa, 29 de março de 2016
O Conselho de Administração

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.



1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício		Exercício Anterior	
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
ATIVO					
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.805.223		5.805.223	5.515.269
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.279.587		3.279.587	3.183.409
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	29.921.755		29.921.755	34.486.064
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	5.299.859		5.299.859	5.162.274
	Títulos de dívida	24.621.896		24.621.896	29.323.790
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos disponíveis para venda	259.312.762	636.312	258.676.450	265.685.979
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	34.953.337	636.312	34.317.025	14.967.936
	Títulos de dívida	224.359.425		224.359.425	250.718.043
	Outros				
6	Empréstimos e contas a receber	2.284.332	-	2.284.332	2.040.286
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos	1.687.578		1.687.578	1.364.234
	Empréstimos concedidos	596.754		596.754	676.052
	Contas a receber				
	Outros				
7	Investimentos a deter até à maturidade	3.126.491		3.126.491	
2	Terrenos e edifícios	45.989.475	21.032	45.968.443	42.486.696
	Terrenos e edifícios de uso próprio	2.346.580	21.032	2.325.548	2.331.663
	Terrenos e edifícios de rendimento	43.642.895		43.642.895	40.155.033

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
9	Outros ativos tangíveis	8.657.121	8.232.795	424.326	729.490
9	Inventários	52.246		52.246	48.615
	Goodwill				
10	Outros ativos intangíveis	25.478.027	19.991.207	5.486.820	4.445.812
14	Provisões técnicas de resseguro cedido	14.420.326	-	14.420.326	12.686.716
	Provisão para prémios não adquiridos	5.389.967		5.389.967	4.724.944
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	9.030.359		9.030.359	7.961.772
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.762.253		1.762.253	1.616.595
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	16.031.682	4.777.482	11.254.200	17.663.450
	Contas a receber por operações de seguro direto	13.811.316	4.606.406	9.204.910	10.574.496
	Contas a receber por outras operações de resseguro	756.935	40.332	716.603	2.884.208
	Contas a receber por outras operações	1.463.431	130.744	1.332.687	4.204.746
13	Ativos por impostos	2.650.518	-	2.650.518	2.500.819
	Ativos por impostos correntes	1.073.556		1.073.556	1.012.290
	Ativos por impostos diferidos	1.576.962		1.576.962	1.488.529
17	Acréscimos e diferimentos	497.621		497.621	309.954
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	419.269.419	33.658.828	385.610.591	393.399.154

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Provisões técnicas	261.257.010	262.494.131
	Provisão para prémios não adquiridos	16.923.632	16.095.947
	Provisão matemática do ramo vida	167.922.796	169.712.764
	Provisão para sinistros	59.810.268	57.634.117
	De vida	7.470.555	6.841.696
	De acidentes de trabalho	25.784.946	24.252.853
	De outros ramos	26.554.767	26.539.568
	Provisão para participação nos resultados	4.797.150	5.811.374
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	471.860	970.605
	Provisão para participação nos resultados atribuída	4.325.290	4.840.769
	Provisão para compromissos de taxa	5.175.848	4.558.394
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	4.917.255	4.760.835
	Provisão para riscos em curso	1.710.061	3.920.700
	Outras provisões técnicas		
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	32.096.106	35.568.787
	Outros passivos financeiros	2.678.497	2.678.342
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	21.258	21.103
	Outros	2.657.239	2.657.239
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	417.622	448.807
16	Outros credores por operações de seguros e outras operações	9.444.672	9.333.996

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	Contas a pagar por operações de seguro directo	5.796.004	5.190.022
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.436.212	1.558.140
	Contas a pagar por outras operações	2.212.456	2.585.834
13	Passivos por impostos	3.824.386	3.983.373
	Passivos por impostos correntes	3.065.249	3.474.002
	Passivos por impostos diferidos	759.137	509.371
17	Acréscimos e diferimentos	4.215.009	4.933.585
	Outras Provisões	704.952	3.669.251
	Outros elementos do passivo	-	
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	314.638.254	323.110.272
18	CAPITAL PRÓPRIO		
	Capital	54.500.000	54.500.000
	(Ações Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	8.726.889	12.019.016
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	8.432.377	11.746.979
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	294.512	272.037
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(2.265.067)	(3.066.877)
	Outras Reservas	45.904.850	45.893.173

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	Resultados Transitados	(39.056.721)	(39.408.246)
	Resultado do exercício	2.714.892	351.636
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	70.524.843	70.288.702
	Interesses Minoritários	447.494	180
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS	70.972.337	70.288.882
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO	385.610.591	393.399.154

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Total	Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	37.576.023	34.446.161		72.022.184	83.069.181
21	Prémios brutos emitidos	40.246.831	74.348.974		114.595.805	117.406.342
	Prémios de resseguro cedido	(2.699.599)	(39.603.166)		(42.302.765)	(34.163.398)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	28.791	(964.670)		(935.879)	1.567.041
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	665.023		665.023	(1.740.804)
22	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	458.408	-		458.408	556.883
23	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(36.397.612)	(29.138.838)		(65.536.450)	(71.017.691)
	Montantes pagos	(35.741.303)	(28.572.112)		(64.313.415)	(74.175.943)
	Montantes brutos	(36.309.354)	(46.375.411)		(82.684.765)	(94.727.146)
	Parte dos resseguradores	568.051	17.803.299		18.371.350	20.551.203
	Provisão para sinistros (variação)	(656.309)	(566.726)		(1.223.035)	3.158.252
	Montantes brutos	(628.859)	(1.662.762)		(2.291.621)	3.296.476
	Parte dos resseguradores	(27.450)	1.096.036		1.068.586	(138.224)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(617.455)	2.054.219		1.436.764	1.537.944
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	2.334.484			2.334.484	2.934.801
	Montantes brutos	2.334.484			2.334.484	2.934.801
	Parte dos resseguradores				-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.262.611)	(5.460)		(1.268.071)	(1.283.557)
	Custos e gastos de exploração líquidos	(6.854.801)	(7.510.164)		(14.364.965)	(20.444.382)
	Custos de aquisição	(3.879.975)	(14.252.840)		(18.132.815)	(17.126.510)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Total	Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(364.252)	111.489		(252.763)	(585.315)
	Gastos administrativos	(3.469.714)	(5.722.337)		(9.192.051)	(11.310.990)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	859.140	12.353.524		13.212.664	8.578.433
24	Rendimentos	6.003.994	371.751	(24.070)	6.351.675	7.103.951
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5.762.535	371.751	(24.070)	6.110.216	6.828.587
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	241.459	-	-	241.459	275.364
25	Gastos financeiros	(716.521)	(143.609)	(104.767)	(964.897)	(935.157)
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-	-
	Outros	(716.521)	(143.609)	(104.767)	(964.897)	(935.157)
26	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	1.405.100	678.699	2.566.285	4.650.084	2.751.411
	De ativos disponíveis para venda	470.544	680.363	6.403	1.157.310	2.751.411
	De empréstimos e contas a receber					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
	De outros	934.556	(1.664)	2.559.882	3.492.774	
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(1.701.801)	-	-	(1.701.801)	(2.621.971)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.701.801)	-	-	(1.701.801)	(2.621.971)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Total	Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
	Diferenças de câmbio					
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
28	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	(145.683)
	De ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	(145.683)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De outros					
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	26.204	12.094	-	38.298	(5.983)
30	Outras provisões (variação)			58.653	58.653	(81.803)
31	Outros rendimentos/gastos			467.298	467.298	(850.189)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas			-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial			96.178	96.178	2.868
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	253.412	764.853	3.059.577	4.077.842	570.623
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(791.610)	(791.610)	(113.560)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(124.138)	(124.138)	(105.427)
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS				3.162.094	351.636
	Interesses minoritários				447.202	-
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	253.412	764.853	2.143.829	2.714.892	351.636

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	2.714.892	351.636
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Por via de valorizações/desvalorizações	(2.793.954)	5.574.529
Por via de alienações	(1.006.922)	(1.738.100)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	10.005	104.163
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	498.745	335.373
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	801.810	(1.036.364)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	11.677	(106.467)
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	(111)	-
Total do rendimento integral	236.142	3.484.770

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO	2015	2014
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos:	282.619.701	342.823.502
Clientes (prémios recebidos)	110.736.835	115.413.860
venda/amortização de ativos financeiros (Inv)	168.036.844	224.630.079
Juros e dividendos (Inv)	474.697	12.563
Recebimentos de taxas e impostos	288.325	-
Regularização c/c Seguradoras	3.083.000	2.767.000
Pagamentos:	279.979.346	328.871.485
Clientes (sinistros & estornos)	75.177.385	94.623.443
Comissões	5.671.280	5.480.654
Resseguradores	7.947.267	4.443.465
Outros prestadores	8.009	(705.395)
Fornecedores diversos	10.486.715	11.886.981
Pagamentos a colaboradores	5.637.483	7.805.617
Compra de ativos financeiros (Inv)	157.067.121	186.357.839
Pagamento de taxas e impostos	14.675.887	15.922.968
Despesas de Viagem	219.867	284.660
Fundo Fixo Caixa	5.332	4.253
Regularização c/c Seguradoras	3.083.000	2.767.000
Fluxo das atividades operacionais	2.640.355	13.952.017
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:		
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)		
Imobilizações corpóreas (alienação)		
Imobilizações incorpóreas (alienação)		

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO	2014	2013
Juros de Emp. Conc.		
Dividendos de participações		-
Pagamentos:	2.350.401	17.560.942
Propriedades Investimento		14.904.239
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)		
Imobilizações corpóreas (aquisição)	50.924	113.096
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	2.299.477	2.543.607
Fluxo das atividades de Investimentos	(2.350.401)	(17.560.942)
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos:		
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)		-
Aumentos de Capital		-
Doações		-
Pagamentos:		
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)		-
Amort. De contratos de locação financeira		-
Dividendos		-
4 = 1 + 2 + 3 + 4		
Total do Fluxo de Caixa	289.954	(3.608.925)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.515.269	9.124.194
Caixa e seus equivalentes no final do período	5.805.223	5.515.269

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio Consolidado	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	Interesses Minoritários	TOTAL
		Por ajust. justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalor. de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas				
Balanco a 31 de Dezembro 2013	54.500.000	7.582.987	160.064	(2.030.513)	1.121.630	44.992.014	(114.004)	(34.597.135)	(4.811.111)	-	66.803.932
Aumentos/reduções de capital											-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	3.836.429	-	-	-	-	-	-	-	-	3.836.429
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	104.163	-	-	-	-	-	-	-	104.163
Participação Resultados a atribuir ("shadow")		327.563	7.810								335.373
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(1.036.364)	-	-	-	-	-	-	(1.036.364)
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(4.811.111)	4.811.111	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	(106.467)	-	-	-	(106.467)
Transf# entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	351.636	-	351.636

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio Consolidado	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	Interesses Minoritários	TOTAL
		Por ajust. justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalor. de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas				
Transfê entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-				-		11.677	(111)			11.566
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	2.714.892		2.714.892
Interesses Minoritários										447.314	447.314
Balanço a 31 de Dezembro 2015	54.500.000	8.432.377	294.512	(2.265.067)	1.121.630	44.992.014	(208.794)	(39.056.721)	2.714.892	447.494	70.972.337

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE

- I. Introdução
- II. Informação por Segmentos
- III. Políticas Contabilísticas
- IV. Gestão de Riscos
- V. Notas ao Balanço
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 - Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
 - NOTA 5 - Ativos disponíveis para venda
 - NOTA 6 - Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade
 - NOTA 8 - Afetação dos investimentos
 - NOTA 9 - Outros ativos tangíveis e inventários
 - NOTA 10 - Outros ativos intangíveis
 - NOTA 11 - Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 12 - Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 13 - Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 14 - Provisões Técnicas
 - NOTA 15 - Passivos Financeiros de contratos de investimento
 - NOTA 16 - Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 17 - Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 18 - Capital Próprio
 - NOTA 19 - Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 20 - Elementos extra patrimoniais
- VI. Notas à Conta de Ganhos e Perdas
 - NOTA 21 - Prémios de contratos de seguro
 - NOTA 22 - Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento e contratos de prestação de serviços
 - NOTA 23 - Custos com sinistros
 - NOTA 24 - Rendimentos / réditos de investimentos
 - NOTA 25 - Gastos Financeiros
 - NOTA 26 - Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
 - NOTA 27 - Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas
 - NOTA 28 - Perdas de Imparidades
 - NOTA 29 - Outros rendimentos/gastos técnicos
 - NOTA 30 - Outras Provisões (Variação)
 - NOTA 31 - Outros rendimentos/gastos
 - NOTA 32 - Gastos diversos por função
 - NOTA 33 - Gastos com o pessoal
- VII. Eventos subsequentes à data de encerramento
- VIII. Justo valor de ativos e passivos financeiros
- IX. Alterações de Políticas Contabilísticas
- X. Inventário de Títulos e Participações Financeiras

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

I – INTRODUÇÃO

Por escritura pública de 29 de outubro de 2002, a VICTORIA – Seguros, S.A., constituída em 1994, alterou a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. (“VICTORIA” ou “Grupo” e o seu objeto social para o de uma sociedade gestora de participações sociais. Nessa mesma data, constituiu uma nova empresa de seguros, que adota a sua anterior firma VICTORIA - Seguros, S.A., pela transferência dos ativos e passivos relacionados com a atividade de seguros dos ramos não vida que exerceu até essa data.

No dia 29 de dezembro de 2011, o Grupo SMA formalizou a compra ao Grupo ERGO da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., proprietária da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.. Esta operação tinha sido anunciada a 21 de setembro de 2011 e foi aprovada no início de dezembro pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Presente em Portugal desde 2007, através da sua afiliada Asefa, o Grupo SMA concentra a sua atividade no setor da construção e imobiliário, distribuindo os seus produtos através de uma rede de mediadores profissionais.

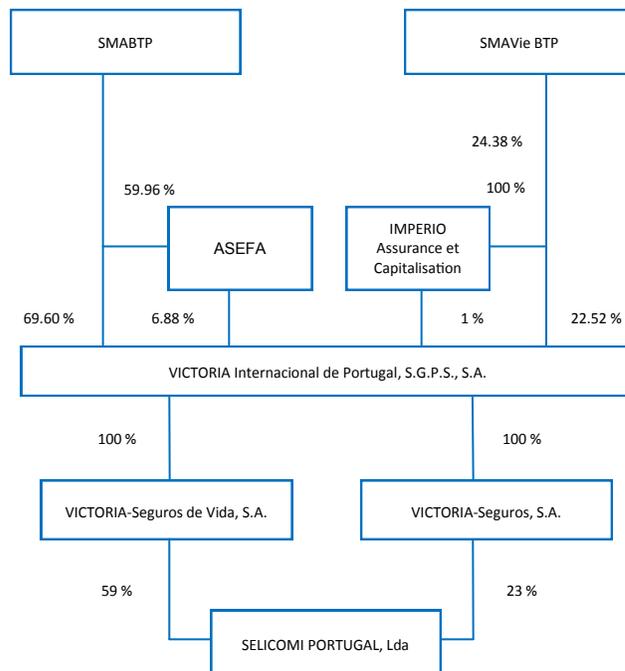
O Grupo SMABTP, fundado em 1859, conta com 2.800 colaboradores. Em 2010, apresentava capitais próprios no valor de 2,1 mil milhões de euros e detinha 17 mil milhões de euros de ativos sob gestão. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no setor de seguros de construção em França. O Grupo SMABTP está presente em Espanha através da sua afiliada Asefa desde 1972, operando nos ramos Vida e Não Vida, e onde é também líder no mercado de seguros de construção.

A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do grupo francês SMABTP e da sua afiliada Asefa.

I – INTRODUÇÃO

Estrutura do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 incluem as contas da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e das suas subsidiárias, de acordo com a estrutura que abaixo se apresenta:



II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014,

e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

(Un: Euros)

2015	Vida	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	40.246.831	74.348.974	28.806.775	15.541.614	12.439.442	9.719.071	7.842.072
Prémios de resseguro cedido	(2.699.599)	(39.603.166)	(19.728.107)	(10.396.000)	(1.583.010)	(2.752.731)	(5.143.318)
Prémios brutos adquiridos	40.275.622	73.384.304	28.190.744	15.669.502	12.443.191	9.737.701	7.343.166
Resultados dos investimentos	4.990.772	906.840	111.990	183.966	192.308	331.918	86.658
Custos com sinistros brutos	(36.938.213)	(48.038.173)	(20.588.892)	(6.226.302)	(8.876.738)	(8.340.069)	(4.006.172)
Custos de exploração brutos	(7.713.941)	(19.863.688)	(7.087.906)	(4.018.849)	(3.089.431)	(2.853.112)	(2.814.390)
Resultado técnico	253.412	764.853	1.548.923	2.112.543	91.492	(3.139.694)	151.588
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	206.164.315	87.228.160	13.871.949	19.300.560	19.528.010	29.672.242	4.855.400
Provisões técnicas	186.225.959	82.518.335	13.050.577	18.157.754	18.371.736	28.370.362	4.567.906

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

(Un: Euros)

2014	Vida	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	43.374.192	74.032.150	28.177.929	15.570.151	13.087.830	9.719.562	7.296.678
Prémios de resseguro cedido	(2.813.920)	(31.349.478)	(13.305.423)	(10.659.925)	(1.623.467)	(2.557.342)	(3.203.291)
Prémios brutos adquiridos	43.388.722	75.584.661	28.314.221	16.438.483	13.759.509	9.904.584	7.167.864
Resultados dos investimentos	4.945.185	1.177.789	126.620	251.648	246.232	465.278	88.011
Custos com sinistros brutos	(38.843.245)	(52.587.425)	(21.863.948)	(10.369.174)	(9.015.634)	(6.871.252)	(4.467.417)
Custos de exploração brutos	(8.267.868)	(20.754.947)	(6.039.374)	(4.883.151)	(4.377.987)	(3.051.947)	(2.402.488)
Resultado técnico	777.051	693.119	2.174.769	(820.463)	(336.460)	(1.013.772)	689.045
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	205.696.586	85.631.625	10.561.922	19.922.655	19.564.484	28.621.225	6.961.340
Provisões técnicas	187.802.941	74.691.190	8.889.261	16.767.563	16.466.114	26.709.358	5.858.893

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO**III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS****Bases de apresentação**

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros (“PCES 07”), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4, em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”),

e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2015 a VICTORIA adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor, dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado, ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento classificados ao justo valor através de resultados. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 29 de março de 2016.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com

início após 1 de janeiro de 2015 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da VICTORIA (“Grupo”), é composta pelas demonstrações financeiras separadas e das demonstrações financeiras das suas subsidiárias VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A.. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO
FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO**III – POLITICAS
CONTABILÍSTICAS**

a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses controlados excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses não controláveis anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controlados nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses não controlados negativos.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2015 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação são apresentadas na Nota I.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas

e saídas, são registados na rubrica de Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguro enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, o Grupo realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atuarial das responsabilidades futuras do Grupo, após dedução do valor atuarial dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos cashflows futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

I. Provisão para prémios não adquiridos

Para o Ramo Vida, e de acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. Para estes seguros e para os restantes seguros do Ramo Não Vida, a provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respetivas. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método “prorrata temporis” por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

ii. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros, para o Ramo não Vida, corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como

os custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

iii. Provisão para participação nos Resultados

Para o Ramo não Vida, esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respetivos.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados,

são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

iv. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

v. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

vi. Comissões de mediação

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Ativos financeiros

A VICTORIA classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento
Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO**III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS***Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (1)

metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou de negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas. A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos ativos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

Ativos tangíveis

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	12,5% a 25%
Equipamento informático	25% e 33%
Instalações interiores	10% a 16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de **imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis** é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo

com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos. Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos nas Companhias do Grupo. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são

registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo

de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da VICTORIA.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes

principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Estratégico

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados. A nível estratégico a VICTORIA tem delineado os objetivos estratégicos globais a três anos, bem como anualmente define o plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano, bem como o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia e do mercado envolvente, bem como na capacidade sustentabilidade dos riscos assumidos.

De forma a garantir que toda a organização se identifica e conhece a estratégia da companhia, esta é comunicada na reunião anual a todos os colaboradores. Cabe ao Comité de Risco analisar a evolução e garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado, sendo coordenado pela Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, tendo a participação dos diretores de topo da companhia.

Existe também um acompanhamento mensal da evolução das ações e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e em caso de necessidade implementar planos de atuação de mitigação.

No âmbito da estratégica, deve-se também destacar as atividades realizadas em 2015 relacionadas com a preparação para o novo regime de Solvência II:

- Reporte do primeiro relatório FLAOR (Forward Looking Assessment of Own Risks) à entidade de supervisão;
- Desenvolvimento e implementação da ferramenta de reporte quantitativo de Solvência II;
- Reporte anual quantitativo e qualitativo no âmbito solo (VICTORIA - Seguros, SA; VICTORIA – Seguros de Vida, SA) e grupo (VICTORIA Internacional de Portugal – SGPS);
- Reporte trimestral quantitativo no âmbito solo e de grupo;
- Desenvolvimento do sistema de governação, com a definição das funções chave e desenvolvimento das diversas políticas, já alinhadas com as métricas e objetivos do grupo;
- Análise da Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para o ordenamento jurídico português a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 25 de novembro, também denominada “Diretiva de Solvência II”

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao registo de perdas originadas por eventos que possam afetar negativamente a imagem da companhia. De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores como são o

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta e indicadores do mercado.

3. Risco Específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.
- Nos Ramos Não Vida o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição seguem critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da

VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Pessoais com base no Manual de Subscrição.

As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros.

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clínica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

Para o Ramo Não Vida, a prática destas políticas está definida no manual de subscrição de riscos e de gestão de carteiras, revisto em 2012. Este documento estabelece as regras gerais e específicas que devem ser respeitadas na subscrição de novos segmentos e na gestão das carteiras existentes, tanto no negócio de seguro direto, como no negócio de resseguro aceite.

Tarifação

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos, de forma a obter uma rentabilidade positiva e de encontro com a expectável. A construção de tarifas é efetuada pelo departamento técnico, em particular pela área do Atuariado. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco,

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

Provisionamento no Ramo Vida

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT). Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. A implementação de ações corretivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Provisionamento nos Ramos Não Vida

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Trimestralmente são efetuados processos de revisão, com base nos quais se detetam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respetivo ajustamento. Numa ótica de monitorização contínua das provisões são

produzidos relatórios de exceção, que visam analisar e resolver situações anómalas.

Resseguro

Numa ótica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras, através de tratados de resseguro que gerem valor e na escolha criteriosa da pool de resseguradoras, efetuando uma análise da sua capacidade financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

(Un: Euros)

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Ramo Vida			
Vida Individual	Surplus	100.000	1.100.000
Vida Grupo	Surplus	150.000	1.500.000
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excess of Loss	300.000	8.100.000
Ramo Não Vida			
Incêndio e outros danos	Quota Share	250.000	500.000
	First Surplus	500.000	18.000.000
	Excess of Loss	5.000.000	125.000.000
			120.000.000 x 5.000.000
Incêndio e outros danos (Catástrofes naturais)	Excess of Loss per risk / per event	500.000	3.000.000
			2.500.000 x 500.000
Automóvel	Excess of Loss per risk / per event	RC	Unlimited x 3.000.000
		Outros Danos	6.000.000 x 3.000.000
	Quota Share	180.000	600.000

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Marítimo, aéreo e transportes	Excess of Loss per risk / per event	600.000	14.000.000
		13.400.000 xs 600.000	
	Quota Share	150.000	500.000
Acidentes Pessoais	Excess of Loss per risk	500.000	1.500.000
		1.000.000 xs 500.000	
	Excess of Loss per event	500.000	4.000.000
Acidentes de Trabalho	Excess of Loss per risk / per event	4.000.000	20.000.000
		16.000.000 xs 4.000.000	
	Excess of Loss	400.000	7.000.000
Responsabilidade Civil	Excess of Loss per risk	400.000	20.000.000
		6.600.000 xs 400.000	
	Quota Share	120.000	400.000
Engenharia	Excess of Loss per risk	400.000	20.000.000
		19.600.000 xs 400.000	
	Quota Share	150.000	500.000
Construção (apenas para situações especiais) LOB= Inherent Defect Insurance	Excess of Loss per event	400.000	38.000.000
		37.600.000 xs 400.000	
	Quota Share	500.000	4.500.000
Caução	Quota Share	25.000.000	50.000.000
	Excess of Loss	5.000.000	25.000.000
		20.000.000 xs 5.000.000	
Decenal	Excess of Loss	2.700.000	60.000.000
		57.300.000 xs 2.700.000	
	Quota Share	1.050.000	3.000.000
Saúde	Excess of Loss	2.700.000	60.000.000
	Quota Share	75.000	250.000

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

(Valores em Milhares de Euros)

Ramos	Prémios 2015		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total líquido
Ramo Vida			
Vida Individual	22.681	387	22.294
Vida Grupo	17.566	2.313	15.253
Total Ramo Vida	40.247	2.700	37.547
Ramos Não Vida			
Doença	28.807	19.728	9.079
Incêndio e outros danos	15.653	10.396	5.257
Automóvel	12.439	1.583	10.856
Acidentes de Trabalho	6.074	267	5.807
Acidentes Pessoais	3.645	2.485	1.159
Marítimo, aéreo e transportes	5.338	3.455	1.883
Diversos e RC	2.392	1.688	704
Total Ramo Não Vida	74.348	39.602	34.746
Ramos	Prémios 2014		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total líquido
Ramo Vida			
Vida Individual	30.433	360	30.073
Vida Grupo	12.941	2.454	10.487
Total Ramo Vida	43.374	2.814	40.560
Ramos Não Vida			
Doença	28.178	13.305	14.873
Incêndio e outros danos	15.750	10.660	5.090
Automóvel	13.088	1.113	11.974
Acidentes de Trabalho	6.107	269	5.838
Acidentes Pessoais	3.613	2.127	1.486
Marítimo, aéreo e transportes	5.521	2.891	2.630
Diversos e RC	1.775	983	792
Total Ramo Não Vida	74.032	31.349	42.683

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Obs.: Estes valores não incluem os contratos de Investimento no ramo Vida, nem os contratos de prestação de serviços para o ramo Doença, classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

Riscos de Prémios

O risco de prémios para os ramos Não Vida está associado ao facto da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos. O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado e de despesas, por linha de negócio:

(Valores em Milhares de Euros)

Ramos	2015	2014
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS		
Saúde	28.807	28.178
Incêndio e outros danos	15.653	15.750
Automóvel	12.439	13.088
Acidentes de Trabalho	6.074	6.107
Acidentes Pessoais	3.645	3.613
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.338	5.521
Responsabilidade Civil	2.259	1.619
Diversos	133	157

Ramos	2015	2014
PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS		
Saúde	28.191	28.314
Incêndio e outros danos	15.670	16.438
Automóvel	12.443	13.760
Acidentes de Trabalho	6.088	6.238
Acidentes Pessoais	3.649	3.666
Marítimo, Aéreo e Transportes	5.221	5.517
Responsabilidade Civil	1.978	1.495
Diversos	143	156
RÁCIO DE SINISTRALIDADE BRUTO		
Saúde	73,1%	77,4%
Incêndio e outros danos	39,9%	63,3%
Automóvel	71,6%	65,8%
Acidentes de Trabalho	127,8%	92,1%
Acidentes Pessoais	15,5%	31,0%
Marítimo, Aéreo e Transportes	60,1%	78,4%
Responsabilidade Civil	34,3%	12,6%
Diversos	133,3%	-22,5%
RÁCIO DE DESPESAS GERAIS		
Saúde	13,6%	13,0%
Incêndio e outros danos	18,5%	20,7%
Automóvel	22,1%	25,5%
Acidentes de Trabalho	22,0%	28,5%
Acidentes Pessoais	19,5%	18,2%
Marítimo, Aéreo e Transportes	23,4%	13,2%
Responsabilidade Civil	31,6%	46,4%
Diversos	13,6%	10,8%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Ramos	2015	2014
RÁCIO COMBINADO BRUTO		
Saúde	98,0%	99,2%
Incêndio e outros danos	66,1%	93,7%
Automóvel	36,7%	98,5%
Acidentes de Trabalho	151,5%	116,6%
Acidentes Pessoais	55,3%	74,6%
Marítimo, Aéreo e Transportes	95,7%	105,2%
Responsabilidade Civil	82,1%	75,7%
Diversos	144,9%	-1,0%
RÁCIO COMBINADO LÍQUIDO		
Saúde	88,6%	102,3%
Incêndio e outros danos	82,4%	125,7%
Automóvel	107,6%	108,3%
Acidentes de Trabalho	158,4%	121,8%
Acidentes Pessoais	101,6%	127,7%
Marítimo, Aéreo e Transportes	84,0%	94,1%
Responsabilidade Civil	128,8%	108,2%
Diversos	794,0%	-59,8%

Relativamente ao rácio combinado líquido, para a globalidade da carteira Não Vida, o mesmo apresenta um decréscimo de cerca de 3,1 % comparativamente com o ano transato.

Riscos de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida seguem princípios de grande prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas, efetuando-se análises determinísticas e estocásticas.

A adequação global das provisões para sinistros é efetuada trimestralmente, procedendo-se sempre que necessário a eventuais ajustamentos, que são refletidos nos resultados da Companhia.

Através da aplicação destes modelos e segundo o relatório do Atuário Responsável, de 31 de dezembro de 2014, concluiu-se que as provisões para sinistros são globalmente suficientes, quer do ponto de vista determinístico como estocástico. O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

TOTAL REAIS Estimativa acumulada dos Sinistros	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
No final do ano de constituição	20.746	23.675	24.941	31.218	27.549	31.614	34.565	52.240	47.208	32.869	26.689	25.919	19.840
Um ano depois	20.510	23.558	24.419	29.937	27.859	30.966	36.034	54.265	46.584	32.419	27.524	26.109	
Dois anos depois	20.018	22.564	23.836	29.319	26.697	30.358	35.809	54.807	47.178	32.971	27.857		
Três anos depois	20.145	22.566	23.902	29.070	26.199	30.594	35.756	54.508	47.597	33.048			
Quatro anos depois	20.263	22.806	23.600	28.465	26.350	30.723	36.113	54.617	47.807				
Cinco anos depois	19.991	22.696	23.193	28.427	26.223	30.750	36.165	54.730					
Seis anos depois	19.884	22.646	23.196	27.761	26.227	30.889	36.523						
Sete anos depois	19.768	22.500	23.213	27.708	26.224	30.884							
Oito anos depois	19.808	22.550	22.747	27.297	26.270								
Nove anos depois	19.860	22.712	22.757	27.407									
Dez anos depois	19.635	22.689	22.767										
Onze anos depois	19.608	22.724											
Doze anos depois	19.614												
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	19.614	22.724	22.767	27.407	26.270	30.884	36.523	54.730	47.807	33.048	27.857	2.109	19.840
Pagamentos acumulados até 31-12-2015	19.510	22.565	22.669	27.119	25.947	30.622	35.506	53.819	46.066	31.335	25.718	22.199	12.033
Provisão para sinistros	105	160	98	289	323	263	1.017	911	1.742	1.714	2.139	3.910	7.807

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR,
Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho.

Provisão para Sinistros a 31-12-2015 na matriz 20.477

Provisão para Sinistros a 31-12-2015 de anos anteriores a 2003 1.201

Total Provisão para Sinistros a 31-12-2015 21.678

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Riscos biométricos

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez.

O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte.

O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A..

Produtos	Características	Riscos
Seguros de Risco	Benefício em caso de morte Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Benefício em caso de morte Benefício em caso de vida Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Rendas	Benefício em caso de vida	Aumento da longevidade Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Benefício em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez Crescimento dos custos com sinistros

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite aferir a existência ou não da necessidade de uma revisão das tábuas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos ativos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos ativos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. efetua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para garantia de resgate e compromisso de taxa:

(Valores em milhares de euros)

Produtos	Provisão Adicional 2015	Provisão Adicional 2014
Mistos Individual & Grupo	750	572
Rendas	538	297
Financeiros (contratos investimento)	6.648	6.626
Financeiros (contratos seguro)	860	721
Total	8.796	8.216

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate (Euros 3.620.033) e em provisão para compromisso de taxa (Euros 5.175.848). Relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento de Euros 617.454 na provisão para compromisso de taxa e a provisão adicional para garantia de resgate registou uma diminuição de Euros 38.000.

Este aumento resultou essencialmente das alterações na estrutura das taxas de desconto utilizadas.

Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direção Técnica Pessoais e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos das Companhias.

As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora, pelo que existe uma monitorização mensal da evolução das despesas e do seu peso relativamente aos prémios brutos emitidos. Desta forma a VICTORIA possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no pricing e provisionamento dos produtos.

Risco catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade.

Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do Ramo Vida, a principal fonte de exposição a este risco advém de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro,

a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco. Em 2014, das análises de sensibilidade efetuadas (taxa de juro, despesas, mortalidade, longevidade e descontinuidade) à carteira em vigor, mantém-se como expetável, sendo o risco de taxa de juro como o mais sensível.

Nos Ramos Não Vida os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade.

Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando-o através da transferência de parte do mesmo para resseguro.

Medidas para mitigação do Risco Especifico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos no Ramo Vida é efetuada através de uma adequada tarificação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (Loss Adequacy Test - LAT), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global. A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões nos Ramos Não Vida é efetuada através da aplicação de critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros. A VICTORIA-Seguros, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco.

Risco de Investimento

O grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMA, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2014 a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

(Un: Euros)

2015	Quantidade	Montante do	Valor total	Valor de balanço	
		valor nominal	de aquisição	Total	Juros Acruidos
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO NÃO INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas do grupo					
Obrigações de empresas do grupo					
Outros títulos de empresas do grupo					
Partes de capital em empresas associadas	600.000		3.000.000	3.279.587	
Obrigações de empresas associadas					
Outros títulos de empresas associadas					
	<i>sub-total</i>	600.000	-	3.000.000	3.279.587
Estrangeiras					
Partes de capital em empresas do grupo					
Obrigações de empresas do grupo					
Outros títulos de empresas do grupo					
Partes de capital em empresas associadas					
Obrigações de empresas associadas					
Outros títulos de empresas associadas					
	<i>sub-total</i>				
	<i>total</i>	600.000	-	3.000.000	3.279.587
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública			4.705.701	4.630.352	4.734.767
					35.030

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

2015	Quantidade	Valor total		Valor de balanço	
		Montante do valor nominal	de aquisição	Total	Juros Acruados
De outros emissores		1.001.222	1.000.865	1.142.680	39.356
sub-total		5.706.923	5.631.217	5.877.447	74.386
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.485.953	2.535.530	-
Outros					
sub-total	683.800		2.485.953	2.535.530	-
total	683.800	5.706.923	8.117.170	8.412.977	74.386
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		55.540.000	58.319.130	63.099.789	1.196.230
De outros emissores públicos		51.900.000	52.562.076	53.940.055	192.505
De outros emissores		123.670.000	124.267.488	126.842.837	884.563
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	53.907		37.008.983	37.081.354	
sub-total	53.907	-	37.008.983	37.081.354	-
total	53.907	231.110.000	272.157.677	280.964.035	2.273.298
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				596.754	-
Depósitos a Prazo				1.687.574	4
total				2.284.328	4
TOTAL GERAL	1.337.707	236.816.923	283.274.847	294.940.927	2.347.688

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

2014	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO NÃO INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas	600.000		3.000.000	3.183.409	
sub-total	600.000		3.000.000	3.183.409	-
total	600.000		3.000.000	3.183.409	-
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		358.701	341.296	390.547	8.748
De outros emissores		1.001.222	1.001.099	1.164.250	39.356
sub-total		1.359.923	1.342.395	1.554.797	48.104
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.485.953	2.321.159	-
Outros					
sub-total	683.800	1.359.923	2.485.953	2.321.159	-
total	683.800	1.359.923	3.828.348	3.875.956	48.104
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		70.140.000	73.221.279	79.402.896	1.412.745
De outros emissores públicos		54.320.000	54.940.338	56.658.174	210.110
De outros emissores		134.270.000	134.994.028	139.876.714	878.293
sub-total		258.730.000	263.155.645	275.937.784	2.501.148
Títulos de rendimento variável					

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

2014	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Ações					
Titulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	28.132		17.682.346	17.809.051	
Outros					
	sub-total	28.132	-	17.682.346	17.809.051
	total	28.132	258.730.000	280.837.991	293.746.835
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				673.212	2.840
Depósitos a Prazo				1.364.162	72
	total			2.037.374	2.912
	TOTAL GERAL	1.311.932	260.089.923	287.666.339	302.843.574

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de

mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos à representação das responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

(Un.: Milhares de Euros)

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
Produtos Vida	204.238	186.226	109,7%
UIs	32.096	32.096	100,0%
Livres	11.038	n.a	
TOTAL	247.372	218.322	113,3%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Em dezembro de 2015 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 113,3% (2014: 115,1%).

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de curto e médio prazo, o risco de mismatching assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA-Seguros, S.A. procura uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor. Em dezembro de 2015 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 126,6% (2014: 129,5%).

Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

(Un: Euros)

Rating Médio	2015	%	2014	%
AAA	42.958.366	14,5%	64.289.201	21,1%
AA	97.185.575	32,7%	101.984.301	33,4%
A	57.927.903	19,5%	67.926.287	22,2%
BBB	32.322.320	10,9%	30.409.769	10,0%
BB	5.267.481	1,8%	5.228.733	1,7%
B	1.399.503	0,5%	4.712	0,0%
CC	1.695	0,0%	0	0,0%
NR	44.462.979	15,0%	21.235.285	7,0%
Instrumentos Representativos de Capital	15.762.793	5,3%	14.317.450	4,7%
Total	297.288.615	100%	305.395.738	100%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Durante o ano de 2015, a Crise da Dívida Grega voltou a condicionar o mercado de obrigações, interrompendo a tendência de descida nas taxas de rendimento da Dívida Soberana e gerando novos receios de contágio na Área Euro. No entanto, o sucesso relativo dos programas de ajustamento dos restantes países periféricos combinado com a intervenção do Banco Central Europeu no mercado secundário de dívida permitiram limitar danos maiores. Assim e de forma global o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador, traduzindo-se num elevada qualidade de

crédito: No final do exercício 47,0% da carteira possui notação de crédito igual ou superior a AA (2014: 54,5%). A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 24,0 milhões de euros (2014: 23,2) o que corresponde a 8,2% da carteira de investimentos, com a seguinte distribuição geográfica: Itália: 3,3%; Espanha: 2,3%; Portugal: 1,6%; Irlanda: 1,1%.

Durante o exercício não foram registadas quaisquer imparidades em títulos de dívida.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição do Grupo a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

(Un: Euros)

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2015					
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	420.223	474.838	54.615	4%	9	97
Grécia	5	1.695	1.690	0%	27	0
Irlanda	2.995.314	2.990.858	-4.456	5%	0	102
Espanha	6.009.462	6.425.700	416.238	4%	2	100
Itália	8.723.763	9.441.530	717.767	4%	2	101
Ativos deter até à maturidade						
Portugal	3.107.177	3.246.704	139.527	3%	10	99
	21.255.944	22.581.325	1.325.381	4%	3	101

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2014					
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	310.293	357.977	47.684	4%	8	96
Grécia	3	4.712	4.709	0%	29	0
Irlanda	3.113.372	3.123.460	10.088	5%	2	106
Espanha	6.007.360	6.541.050	533.690	4%	3	100
Itália	11.890.409	12.708.590	818.181	4%	3	102
	21.321.437	22.735.789	1.414.352	4%	3	102

Para apuramento do justo valor dos ativos mobiliários, adotaram-se os seguintes critérios:

- Os ativos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:
 - Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado

o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização;

- Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (bid offer) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

- Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos são valorizados pelo valor atualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor);
- As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;
- Os depósitos e instrumentos representativos de dívida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;

Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado mensalmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2015, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento contínuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes. No ano de 2015, em linha com o que já se tinha registado nos anos anteriores, manteve-se a tendência de decréscimo do número de mediadores com poderes de cobrança. Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 90% do valor planos em incumprimento, mas que ainda não estão numa via litigiosa;
- 45% dos planos de pagamento em vigor e que estão a ser cumpridos
- 30% para o montante dos restantes saldos em dívida;

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente.

Risco de spread e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2015	%	2014	%
< 1 ano	32.470.232	10,9%	59.751.174	19,6%
1 a 2 anos	25.864.357	8,7%	42.551.026	13,9%
3 a 5 anos	123.805.806	41,6%	94.797.089	31,0%
6 a 10 anos	74.587.497	25,1%	80.953.444	26,5%
> 10 anos	8.955.311	3,0%	4.029.385	1,3%
Instrumentos Representativos de Capital	31.605.412	10,6%	23.313.619	7,6%
Total Geral	297.288.615	100%	305.395.738	100%

Para a carteira de Vida, a gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos. De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2016, a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 24 milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2015, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa superior a 32 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 7,9 milhões de euros.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Análise ALM para Cash-Flows em 2016

Cash-flows do Ativo	32.272.768
Amortizações	27.830.000
Juros	4.442.768
Cash-flows do Passivo	(24.342.613)
Prémios (negócio existente)	20.347.119
Reembolsos	(38.347.025)
Outros CF negativos	(6.342.706)
Mismatch Cash-flow ativo/passivo	7.930.155

Este exercício e tal como no ano transato a gestão de tesouraria foi efetuada com a preocupação de minimizar o saldos em instituições bancárias sem afetar o bom funcionamento das atividades operacionais. Desta forma o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo desceu de 4,2 para 5,0 milhões de euros (2,1% do total dos ativos).

A descida dos yields para valores negativos ou próximos de 0 relativamente ao mercado de dívida soberana levou a uma exposição mais criteriosa nessa classe de ativos, continuando a ser no entanto um ativo chave para gestão prudente e avisada face às necessidades futuras de liquidez. O investimento em títulos de Dívida Pública desceu para 60,0 milhões de euros (2014: 69,4), representando 29,4% da carteira de investimento.

Destaca-se ainda que cerca de 56% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França). É ainda de referir que aproximadamente 65% da carteira de investimentos, possui notação de rating investment grade (2014: 73%). Face ao ano anterior a exposição a unidade de participação de fundos de investimento praticamente duplicou (+91%) e passou a representar 11,2% da carteira, ou seja 22,7 milhões de euros (2014: Mio 11,9). A exposição a unidades de participação é composta quase na totalidade por fundos de mercado monetário.

Simultaneamente e atendendo a que a entidade gestora assume como filosofia de investimento, uma estratégia ALM não dinâmica, e que se consubstancia como referido anteriormente na seleção de ativos individuais numa lógica de agregação de valor, é fundamental a análise do desvio tático entre ativos e responsabilidades assumido. Relativamente às carteiras de contratos de Seguro, concluiu-se que as responsabilidades se encontram cobertas num horizonte temporal de 10 anos.

Relativamente aos passivos financeiros, de acordo com os cash-flows estimados para 2015 e anos seguintes e a respetiva carteira de ativos, são os seguintes:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Intervalo	Responsabilidades à data incluindo capitalização das taxas técnicas e prémios futuros (*)	Ativos (V. Nominal e Cupão Acumulado) (*)
<=1 ano	7.849.869	10.269.182
2 anos	5.218.863	3.453.002
de 3 a 5 anos	11.279.932	13.752.678
de 6 a 10 anos	10.021.593	3.832.059
Superior a 10 anos	12.469.532	3.945.447

(*) ativos e passivos descontados à taxa de juro sem risco

Para a carteira Não Vida, a gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de ativos com elevado grau de liquidez.

A projeção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 48,4 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2016. A descida dos yields para valores negativos ou próximos de 0 relativamente ao mercado de dívida soberana levou a uma exposição mais criteriosa nessa classe de ativos, continuando a ser no entanto um ativo chave para gestão prudente e avisada face às necessidades futuras de liquidez.

O investimento em títulos de Dívida Pública desceu para 69,1 milhões de euros (2015: 81,2), representando 23,7% da carteira de investimento. Destaca-se ainda que cerca de 60,8% destes títulos corresponde a Dívida emitida por países de menor risco (França, Alemanha, Áustria, Holanda e Finlândia). Face ao ano anterior a exposição a unidade de participação de fundos de investimento aumentou de forma expressiva (+108%) e passou a representar 12,7% da carteira, ou seja 37,1 milhões de euros (2015: Mio 17,8). A exposição a unidades de participação é composta quase na totalidade por fundos de mercado monetário.

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhias.

Estão implementados os seguintes indicadores:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

- *“Net loss limit”*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.
- *“Risk-based capital”*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Este indicador, em 31 de dezembro de 2014, apresentava para a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. um valor de 38 milhões de euros, e um valor de 36,9 milhões de euros para a VICTORIA - Seguros, S.A., o que significa que a estratégia de investimentos

implementada na VICTORIA era compatível com a solidez financeira da empresa.

Margem de Solvência

A Margem de Solvência para o exercício findo, é de 2,55% (2014: 2,54%), representando este rácio um superavit de Euros 39.538.152 (2014: Euros 39.835.231), face aos requisitos mínimos definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Ao longo do exercício de 2015 e com periodicidade trimestral, procedeu-se ao cálculo da margem de solvência. É por isso possível afirmar que, foram sempre cumpridos os requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Como objetivos de gestão do capital, políticas e abordagem à gestão dos diferentes tipos de risco a companhia rege-se por:

- Manter o nível desejado de estabilidade do grupo, proporcionando assim um grau de segurança para segurados
- Alocar capital de forma eficiente e apoiar o desenvolvimento de negócios, garantindo que o retorno sobre o capital empregue satisfaz as exigências dos seus acionistas

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

- Manter a flexibilidade financeira, garantindo forte liquidez
- Monitorizar o perfil de ativos e passivos, tendo em conta os riscos inerentes ao negócio
- Manter a solidez financeira necessária para suportar o crescimento do novo negócio e para satisfazer as exigências dos segurados, reguladores e parceiros

Toda a atividade está também sujeita a requisitos regulamentares no âmbito da jurisdição em que opera. A empresa deu conhecimento à entidade reguladora de que atendeu a todos esses requisitos durante todo o exercício.

A política de gestão procura garantir o nível de Capital suficiente para cobrir os requisitos legais com base nas diretrizes do regulador, visando simultaneamente otimizar a estrutura de capital para garantir de consistente maximizar retornos, quer a acionistas, quer segurados.

A abordagem da companhia para gerir o capital envolve a gestão de ativos, passivos e riscos de uma forma coordenada, avaliar os níveis de capital exigido e necessário numa base mensal e tomar as ações que se revelem adequadas em função da conjuntura

económica, condições e características de risco.

O processo de gestão de capital assenta na otimização do binómio risco / retorno procurando desta forma criar valor para os detentores do capital.

As exigências de capital são objeto de avaliação periódica e em última análise, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos ativos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efetuada através de uma análise de sensibilidade a variações de mercado para cada classe de ativos. O ponto de partida é a carteira existente a 31 de Dezembro de 2015 e é composta em 81% por Obrigações e com uma Duração Média Modificada de 2,38. Destaca-se também o peso relativo do investimento imobiliário e que ascende a 14,0%.

Atendendo a que o Excesso de Solvência a 31 de Dezembro de 2015 era de 38,0 milhões de euros, o rácio de cobertura ascendia a 248%, simulou-se uma descida de 100 p.b. na estrutura da curva de rendimentos, assim como uma valorização de 10% no preço dos ativos imobiliários e acionistas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

A simulação foi efetuada de forma simultânea nas diferentes classes de ativos e em ambos os sentidos.

O resultado desta simulação aponta para uma subida do rácio de solvência de 248% para 296% com um incremento de 12,0 milhões de euros nos capitais próprios. Esta variação é explicada em 56% pela valorização da carteira de obrigações e em 40% pelo maior valor dos investimentos em imobiliário.

No outro sentido testou-se um cenário extremo e que consiste numa subida de 1% nas taxas de juro, uma quebra de 25% no valor dos ativos imobiliários e de 30% no preço das ações. Neste caso o impacto negativo nos capitais próprios ascenderia a 20,1 milhões de euros e que se explica em 61% pelo valor dos ativos imobiliários e 34% pela quebra do valor das obrigações.

Ainda assim, a companhia apresentaria um rácio de solvência positivo em 170%.

O impacto caso ocorressem variações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes seria o abaixo refletido:

(Un: Euros)

Risco	Exposição a Valores de Mercado	Duração Modificada	Variações			
			(+)	Impacto	(-)	Impacto
Taxa de Juro	285.502.095	2,38	-100p.b.	6.784.930	+100 p.b.	(6.784.930)
Imobiliário	49.226.365		+10%	4.922.637	-25%	(12.306.591)
Ações	3.280.177		+10%	328.018	-30%	(984.053)
Impacto nos Capitais Próprios(*)	(*)			12.035.584		(20.075.575)
Margem de Solvência				296%		170%

(*) Impacto nos capitais próprios, assumindo uma variação simultânea dos diferentes indicadores.

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2015 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo SMA;

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

- Continuidade da atualização da documentação dos processos mais significativos, com a identificação dos donos, objetivos, principais atividades, riscos e respetivos controlos;
- Identificação de gestores de risco por processo, de forma a garantir a identificação e atualização contínua dos respetivos riscos e controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, permitindo a tomada de medidas corretivas e a identificação/desenvolvimento de novos controlos;
- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, acompanhado pelo Comité Anti-Fraude, sendo operacionalmente constituído pela área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude;
- Finalização da primeira fase do projeto de Plano de Continuidade de Negócio (PCN), assente na conclusão dos seguintes objetivos/ entregáveis: BIA (Business Impact Analysis); PRT (Plano de Recuperação Tecnológico), PSI (Plano de Segurança Interno); PCC (Plano de Controlo de Crise); Estratégia do PCN e Manutenção do PCN.

Risco de Compliance

No âmbito do compliance pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada no Departamento de Gestão de Riscos e Planeamento visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2015 consubstanciaram-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos departamentos de matérias legais diretamente às áreas ou através de “Comunicação VICTORIA”;
- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da companhia;
- Controlo mensal das atividades da entidade de supervisão relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e qualquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

- Controlo diário das respostas a reportes legalmente exigidos por entidades externas, com o objetivo de mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Elaboração do relatório anual das atividades desenvolvidas, bem como do plano do próximo ano.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Caixa e equivalentes	7.020	9.822
Depósitos à ordem	5.798.203	5.505.447
	5.805.223	5.515.269

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações.

Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem,

encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de 701.473 Euros (2014 949.561 Euros). A existência destes saldos deve-se ao facto do Grupo ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização.

As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

(Un

Edifício	Exercício da última avaliação	Valor aquisição	Valor de balanço	Variação do justo valor	Vida útil
De uso próprio					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2015	269.410	217.500	(39.622)	83
R. Gonçalo Cristóvão 13, 1º Dto - Porto	2015	152.931	182.000	(39.908)	63
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2015	288.999	344.000	50.668	73
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2015	389.122	296.000	2.762	83
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2015	331.976	310.000	7.938	83
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2015	362.297	355.000	(22.807)	93
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2015	357.333	259.550	(61.601)	78
Av. Bons Amigos, 67 A – Cacém	2015	268.008	204.170	(38.982)	75
Av. Brasil 6 – Oeiras	2015	166.737	178.360	5.241	77
		2.586.813	2.346.580	(136.311)	
De rendimento					
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2015	25.769.867	26.185.350	1.182.968	98
Rua Camilo Castelo Branco, 46 - Lisboa	2015	14.904.239	17.457.545	2.553.306	50
		40.674.106	43.642.895	3.736.274	
Total		43.260.919	45.989.475	3.599.963	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

Terrenos e edifícios	Saldo inicial		Aquisições / transf.	Reavaliações	Alienações / transf.	Amortizações	Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Deprec. acum.					
Uso próprio							
Terrenos	686.073	-	-	(1.490)	-	-	684.583
Edifícios	1.666.447	20.857	-	16.407	-	21.032	1.640.965
sub-total	2.352.520	20.857	-	14.917	-	21.032	2.325.548
Rendimento							
Terrenos	10.903.828	-	-	638.326	-	-	11.542.154
Edifícios	29.251.205	-	-	2.849.536	-	-	32.100.741
sub-total	40.155.033	-	-	3.487.862	-	-	43.642.895
Total	42.507.553	20.857	-	3.502.779	-	21.032	45.968.443

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A 21 de dezembro de 2013 foi efetuada a compra de 40% do capital da empresa Future Healthcare International, SGPS, S.A., no montante de Euros 3.000.000.

A aquisição desta sociedade visa dotar a VICTORIA – Seguros, S.A. de melhores condições para a gestão da carteira de Saúde, permitindo atribuir aos

segurados uma melhoria na qualidade dos serviços disponíveis através da rede médica e de cuidados de saúde própria.

Por aplicação do método de equivalência patrimonial, verifica-se uma valorização no montante de 279.587 Euros (2014: 183.409 Euros).

NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas, são analisados como se segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Custo de aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	5.455.122	(155.263)	5.299.859	4.931.385	230.889	5.162.274
Títulos de Dívida	24.423.304	198.592	24.621.896	29.581.556	(257.766)	29.323.790
Dívida Pública	1.313.494	(46.325)	1.267.169	158.447	(9.164)	149.283
De Outros Emissores Públicos	6.821.284	2.952	6.824.236	7.982.691	(33.290)	7.949.401
De Outros Emissores	16.198.597	241.965	16.440.562	21.364.775	(215.312)	21.149.463
Juros a receber	89.929	-	89.929	75.643	-	75.643
Total	29.878.426	43.329	29.921.755	34.512.941	(26.877)	34.486.064

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2015 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

(Un: Euros)

Setores	2015					2014				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	3,7%	1.098.875	1.098.875			4,1%	1.402.287	1.402.287		
Bens Consumo, Não Cíclicas	7,2%	2.165.548	2.165.548			4,9%	1.685.692	1.685.692		
Industrial e Matérias Primas	2,3%	699.910	699.910			9,6%	3.318.504	3.318.504		
Comunicações e Tecnologia	2,9%	877.312	877.312			2,0%	695.350	695.350		
Utilities	4,2%	1.242.611	1.242.611			3,7%	1.269.125	1.269.126		
Energia	8,0%	2.386.241	2.386.241			4,3%	1.477.800	1.477.800		
Serviços	0,3%	102.348	102.348			0,0%				
Financeiro	26,9%	8.039.269	8.039.269			35,0%	12.067.991	12.067.991		
Dívida Soberana	26,8%	8.009.782	8.009.782			21,5%	7.407.041	7.407.041		
Fundo Acções	1,3%	375.828		375.828		0,5%	158.563	158.563		
Fundo Imobiliário	6,0%	1.803.200		1.803.200		4,8%	1.650.745	1.650.745		
Fundo Commodities	0,1%	18.552		18.552						
Fundo Obrigações	10,4%	3.102.279		3.102.279		9,7%	3.352.966	3.352.966		
Total Geral	100%	29.921.755	24.621.896	5.299.859	0	100%	34.486.064	34.486.065	0	0

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(Un: Euros)

	2015				2014			
	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unid Participação	34.841.307	(636.312)	112.030	34.317.025	15.514.919	(636.312)	89.329	14.967.936
Títulos de Dívida	215.587.725	-	8.771.700	224.359.425	238.122.766	-	12.595.277	250.718.043
Dívida Pública	58.635.345	-	4.824.615	63.459.960	73.427.546	-	6.216.614	79.644.160
De Outros Emissores Públicos	45.781.346	-	1.334.473	47.115.819	46.942.726	-	1.766.047	48.708.773
De Outros Emissores	108.932.343	-	2.612.612	111.544.955	115.278.885	-	4.612.616	119.891.501
Juros a receber	2.238.691	-	-	2.238.691	2.473.609	-	-	2.473.609
Total	250.429.032	(636.312)	8.883.730	258.676.450	253.637.685	(636.312)	12.684.606	265.685.979

V – NOTAS AO BALANÇO

Dos quais:

(Un: Euros)

Setores	2015						2014			
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	2,2%	5.595.390	5.595.390	0	0	2,1%	5.611.479	5.611.479	-	0
Bens Consumo, Não Cíclicas	4,5%	11.595.110	11.595.110	0	0	1,9%	4.937.705	4.937.705	-	0
Industrial e Matérias Primas	5,2%	13.364.322	13.364.322	0	0	5,3%	14.046.631	14.046.631	-	0
Comunicações e Tecnologia	2,7%	6.960.735	6.960.735	0	0	1,3%	3.488.915	3.488.915	-	0
Utilities	1,8%	4.565.337	4.565.337	0	0	1,4%	3.742.343	3.742.343	-	0
Energia	2,0%	5.291.682	5.291.682	0	0	0,9%	2.478.674	2.478.674	-	0
Financeiro	24,0%	62.155.089	62.155.089	0	0	31,6%	84.029.097	84.029.097	-	0
Serviços	0,4%	1.125.823	1.125.823	0	0	0,0%	-	-	-	0
Dívida Soberana	44,0%	113.705.936	113.705.936	0	0	49,8%	132.383.199	132.383.199	-	0
Fundo Imobiliário	0,6%	1.433.691	-	1.433.691	0	0,5%	1.439.498	-	1.439.498	0
Fundo Obrigações	12,7%	32.883.335	-	32.883.335	0	5,1%	13.528.438	-	13.528.438	0
Total Geral	100%	258.676.450	224.359.424	34.317.026		100%	265.685.979	250.718.043	14.967.936	

V – NOTAS AO BALANÇO**NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber**

O saldo desta conta é analisado como segue:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Outros Depósitos – Depósitos a Prazo	1.687.574	1.364.162
Juros a receber	4	72
Empréstimos concedidos	596.754	676.052
Empréstimos sobre apólices	579.682	604.045
Outros empréstimos	17.072	69.167
Juros a receber	-	2.840
Total	2.284.332	2.040.286

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

	2015		2014	
	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	3.265.769	3.126.491		
Dívida Pública	3.246.705	3.107.427		
De Outros Emissores Públicos	-	-		
De Outros Emissores	-	-		
Acréscimos de Juros	19.064	19.064		
Total	3.265.769	3.126.491	-	-

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 8 – Afetação dos investimentos

A 31 de dezembro de 2015 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un: Euros)

	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	9.565	398.910	107.570	3.450.369	1.567.990	270.819	5.805.223
Terrenos e Edifícios		636.173	26.480.226			18.852.044	45.968.443
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos						3.279.587	3.279.587
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados			-	-	29.921.755	-	29.921.755
Instrumentos de Capital e Unid Participação					5.299.859	-	5.299.859
Títulos de Dívida					24.621.896	-	24.621.896
ativos disponíveis para venda	35.270.113	52.141.579	125.543.208	45.079.695	-	641.855	258.676.450
Instrumentos de Capital e Unid Participação	7.363.354	6.942.914	15.294.964	4.675.192		40.601	34.317.025
Títulos de Dívida	27.906.759	45.198.665	110.248.244	40.404.503		601.254	224.359.425
Investimentos a deter até à maturidade	496.268		1.637.686	992.537			3.126.491
Títulos de Dívida	496.268		1.637.686	992.537			3.126.491
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	523.325	-	606.361	1.154.646	2.284.332
Depósitos a Prazo					550.004	1.137.574	1.687.578
Empréstimos concedidos	-		523.325		56.357	17.072	596.754
TOTAL	35.775.946	53.176.662	154.292.015	49.522.601	32.096.106	24.198.951	349.062.281

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 8 – Afetação dos Investimentos

Para o ano transato, a afetação dos investimentos é a seguinte:

(Un: Euros)

	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	325.917	1.195.913	101.464	2.394.752	1.021.366	475.857	5.515.269
Terrenos e edifícios		648.020	25.560.794			16.298.739	42.507.553
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos						3.183.409	3.183.409
Ativos financeiros detidos para negociação							
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados					34.486.064		34.486.064
Instrumentos de Capital e Unid. Participação					5.162.274		5.162.274
Titulos de Dívida					29.323.790		29.323.790
Ativos disponíveis para venda	26.606.400	52.438.851	132.760.022	45.146.816	-	8.733.890	265.685.979
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	1.835.139	4.002.261	2.339.004	6.723.826		67.706	14.967.936
Titulos de Dívida	24.771.261	48.436.590	130.421.018	38.422.990		8.666.184	250.718.043
Empréstimos concedidos e contas a receber			542.688		61.357	1.436.241	2.040.286
Depósitos a prazo						1.364.234	1.364.234
Empréstimos concedidos			542.688		61.357	72.007	676.052
TOTAL	26.932.317	54.282.784	158.964.968	47.541.568	35.568.787	30.128.136	353.418.560

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Deprec. acum	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	2.746.359	(2.694.605)	390	-	-	(86.623)	(21.160)	86.623	30.984
Máquinas e ferramentas	349.798	(344.173)	-	-	-	(8.461)	(2.053)	8.461	3.572
Equipamento informático	2.597.595	(2.196.747)	34.819	-	-	(13.630)	(233.418)	13.631	202.250
Instalações interiores	781.006	(626.564)	15.846	-	-	(597)	(43.564)	208	126.335
Outro Equipamento	2.185.764	(2.123.796)	-	-	-	-	(55.636)	-	6.332
<i>Sub-Total</i>	8.660.522	(7.985.885)	51.055	-	-	(109.311)	(355.831)	108.923	369.473
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	54.853	-	-	-	-	-	-	-	54.853
TOTAL	8.715.375	(7.985.885)	51.055	-	-	(109.311)	(355.831)	108.923	424.326

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 10 – Outros ativos intangíveis

As variações ocorridas nos outros ativos intangíveis é analisada como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas de Desenvolvimen-	169.388	(169.388)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Aplicações Informá-	20.113.688	(17.507.291)	43.180	-	1.075.540	(832)	(1.246.964)	832	2.478.153
ticas									
Ativos intangíveis em curso	1.839.415	-	2.272.460	-	(1.103.208)	-	-	-	3.008.667
Outros	1.068.396	(1.068.396)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	23.190.887	(18.745.075)	2.315.640	-	(27.668)	(832)	(1.246.964)	832	5.486.820

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Operações de seguro direto	9.204.910	10.574.496
Tomadores de Seguros	7.571.439	7.801.014
Mediadores de Seguros	3.595.928	915.477
Co-Seguradores	73.289	54.875
Outros Devedores	2.570.659	2.686.129
Imparidade	-4.606.405	-882.999
Operações de resseguro	716.603	2.884.208
Resseguradores e Ressegurados	756.936	2.884.208
Imparidade	-40.333	-
Outras operações	1.332.687	4.204.746
Outros Devedores	1.463.431	4.876.709
Imparidade	-130.744	-671.963
TOTAL	11.254.200	17.663.450

Na rubrica Tomadores de Seguros o risco de não cobrança está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 1.186.933 (2014: Euros 882.999). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2015, uma vez que não se verificou nos testes efetuados, diferenças significativas em relação aos anos anteriores. Relativamente à rubrica de Mediadores, para além dos

saldos de conta corrente, encontram-se também reconhecidos os montantes relativos a acordos de pagamento, anteriormente reconhecido em Outras Operações, sobre os quais foi registado um ajustamento no montante de 2.924.570 Euros (2014: 2.900.659).

Os montantes de Outros Devedores respeita a processos de sinistros de concomitantes no montante de Euros 2.570.659 (2014: Euros 2.686.129) que ainda se encontram pendentes de regularização.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades do Grupo em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador. A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014 são como segue:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Benefícios de pós emprego	1.762.253	1.605.760
Outros benefícios de longo prazo	(417.622)	(437.972)
	1.344.631	1.167.788

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 32. As Obrigações com benefícios dos empregados estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos. Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos

utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014, são como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
	Pensões	Pensões
Responsabilidades por benefícios	1.021.263	902.150
Justo valor dos ativos do fundo	1.021.263	891.316
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	-	(10.834)

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafecção.

A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de € 137.234.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

V – NOTAS AO BALANÇO

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

	Número	Pensão Anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	10	11.668€	1.092€	70

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014, são como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	259.061	1.503.266	1.762.327	288.775	1.520.927	1.809.702
Justo valor dos ativos do fundo	2.111.609	995.349	3.106.958	2.115.108	873.215	2.988.323
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	1.852.548	(507.917)	1.344.631	1.826.333	(647.712)	1.178.621

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor atual da responsabilidade em 01 de janeiro	288.775	1.520.927	1.809.702	270.669	1.342.116	1.612.785
Custo do serviço corrente	-	12.819	12.819	-	12.854	12.854
Custo de juros	5.195	27.365	32.560	9.298	46.103	55.401
(Ganhos) e perdas atuariais	(23.241)	29.770	6.529	20.476	141.176	161.652
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	(32.234)	(32.234)	-	29.908	29.908
Benefícios pagos	(11.668)	(55.381)	(67.049)	(11.668)	(51.230)	(62.898)
Redução por alteração CCT	-	-	-	-	-	-
Valor atual da responsabilidade em 31 de dezembro	259.061	1.503.266	1.762.327	288.775	1.520.927	1.809.702

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, MetLife (anteriormente ALICO) e GNB

Seguros de Vida (anteriormente BES-Vida). A responsabilidade ascende a Euros 1.555.141 (2014: Euros 1.857.082). A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisada como se segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total
Ativos do plano em 1 de janeiro	2.115.108	873.215	2.988.323	2.078.985	885.615	2.964.600
Retorno esperado dos ativos	(3.701)	(9.332)	(13.033)	1.247	(8.325)	(7.078)
Ganhos e (perdas) atuariais	11.870	41.003	52.873	46.545	47.155	93.700
Contribuições do empregador	-	172.387	172.387	-	-	-
Benefícios pagos	(11.668)	(64.263)	(75.931)	(11.669)	(51.230)	(62.899)
Redução por alteração CCT	-	-	-	-	-	-
Ativos do plano em 31 de dezembro	2.111.609	1.013.010	3.124.619	2.115.108	873.215	2.988.323

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	-	8.926	8.926	-	12.854	12.854
Custo de juros	5.196	24.686	29.882	9.298	46.103	55.401
Retorno esperado dos ativos	3.701	10.025	13.726	(1.247)	8.325	7.078
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	(8.817)	(8.817)	-	(8.610)	-
Total do custo do ano	8.897	34.820	43.717	8.051	58.672	66.723

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

(Un: Euros)

	2015		2014	
Fundos de Investimento Imobiliários	1,42%	44.496	1,35%	40.734
Fundos de Investimento em Ações	6,31%	197.681	1,92%	57.703
Ações	0,00%	-	-	-
Fundos de Investimento em Obrigações	20,18%	632.089	10,82%	325.221
Obrigações de Taxa Variável	28,57%	894.928	26,63%	800.503
Obrigações de Taxa Fixa	40,40%	1.265.542	49,21%	1.479.350
Mercado Monetário	3,13%	98.136	10,08%	302.913
TOTAL	100,00%	3.132.872	100,00%	3.006.424

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros 8.168. Os ganhos e perdas atuariais em 2015 e 2014 reconhecidos em reservas, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 1 de janeiro	(38.700)	(185.070)	(223.770)	(64.769)	(52.533)	(117.302)
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	23.241	(38.587)	(15.346)	(20.476)	(179.692)	(200.168)
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	11.870	15.153	27.023	46.545	47.155	93.700
Redução por Alteração Plano - CCT	-	-	-	-	-	-
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	(3.589)	(208.504)	(212.093)	(38.700)	(185.070)	(223.770)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2015	2014
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	2,23%	1,8%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT. A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2015	2014	2013	2012	2011
Responsabilidades por benefícios	1.762.327	1.809.702	1.612.785	1.710.155	1.556.778
Justo valor dos ativos do fundo	3.106.958	2.988.323	2.964.600	3.044.470	1.191.930
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	1.344.631	1.351.815	1.334.315	(364.848)	1.422.044

(Un: Euros)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Investimentos financeiros	51.044	238	221.744	497.820	(170.700)	(497.582)
Benefícios a empregados	93.966	98.543	-	-	93.966	98.543
Provisões	902.921	876.230	-	-	902.921	876.230
Imóveis	71.853	56.996	537.393	11.551	(465.540)	45.446
Outros passivos	180.629	204.269	-	-	180.629	204.269
Prejuízos fiscais	276.549	252.252	-	-	276.549	252.252
Impostos diferidos ativos / (passivos)	1.576.962	1.488.529	759.137	509.371	817.825	979.158

V – NOTAS AO BALANÇO

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	(43.472)	370.353	326.882	(65.647)	(284.949)	(350.597)
Benefícios a empregados	(4.578)		(4.578)	(124.892)	-	(124.892)
Provisões	26.691		26.691	(114.609)	-	(114.609)
Imóveis	(510.289)	(696)	(510.985)	7.674	(6.745)	929
Outros Passivos	(23.640)		(23.640)	(49.191)	-	(49.191)
Prejuízos Fiscais	24.297		24.297	241.239	-	241.239
Impostos Diferidos Ativos / (passivos)	(530.990)	369.657	(161.333)	(105.427)	(291.694)	(397.121)

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos

fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento, razão pela qual se entendeu, por prudência a proceder à anulação do IDA da VICTORIA – Seguros, S.A.

(Un: Euros)

Exercício	Data limite	Resultado Fiscal
2009	2015	(390.278)
2011	2015	(11.817.085)
2012	2017	(872.504)
2013	2018	(5.363.496)
Total	Total	(18.443.363)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Imposto corrente	(791.610)	(113.560)
Imposto diferido	(124.138)	(105.427)
Total do imposto reconhecido em reservas	(915.748)	(218.987)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	(Un: Euros)		
	2015	2014	Variação
Imposto Corrente	(2.080.928)	(2.513.081)	432.153
Investimentos Financeiro	(2.024.125)	(2.456.278)	432.153
Imóveis	(56.803)	(56.803)	-
Imposto Diferido	(184.139)	(553.796)	369.657
Investimentos Financeiro	(170.938)	(541.292)	370.353
Terrenos e edifícios	(13.201)	(12.504)	(696)
Total imposto reconhecido reservas	(2.265.067)	(3.066.877)	801.810

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

A reconciliação da taxa efetiva de impostos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
RESULTADO ANTES IMPOSTO	4.077.842	570.623
Taxa Imposto	22,50%	24,50%
Imposto Calculado com base taxa imp	(917.514)	(139.803)
Imposto Diferido Ativo - utilização/recuperação		313.323
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente	166.141	(133.969)
Outros proveitos e custos excluídos tributação	14.940	47.538
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	10.613	8.289
Imposto Autonomo (Trib. Autonomia+Derrama)	(189.927)	(314.366)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(915.748)	(218.987)

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 14 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014 são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor do balanço 2015	Valor do balanço 2014
Provisões técnicas de seguro direto	265.138.149	3.881.139	261.257.010	262.494.131
Provisão matemática	169.649.097	1.726.301	167.922.796	169.712.764
Provisão para prémios não adquiridos	19.078.470	2.154.838	16.923.632	16.095.947
Provisão para sinistros	59.810.268	-	59.810.268	57.634.117
Provisão participação resultados	4.797.150	-	4.797.150	5.811.374
Provisão para compromissos taxa	5.175.848	-	5.175.848	4.558.394
Provisão para desvios de sinistralidade	4.917.255	-	4.917.255	4.760.835
Outras provisões técnicas	1.710.061	-	1.710.061	3.920.700
Provisões técnicas de resseguro cedido	14.420.326	-	14.420.326	12.686.716
Provisão para prémios não adquiridos	5.389.967	-	5.389.967	4.724.944
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para sinistros	9.030.359	-	9.030.359	7.961.772
Provisão participação resultados	-	-	-	-

O montante de custos de aquisição diferidos respeita as comissões de mediação.

V – NOTAS AO BALANÇO

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

<u>Provisão Matemática</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Seguros de Vida		
Contratos c/ Part Resultados		
Carteira Antiga	14.269	22.873
Carteira Nova		
Individual	81.982.254	90.890.225
Produtos Financeiros Individuais	16.153.720	14.713.980
Rendas Individual	270.086	263.515
Rendas Grupo	5.792.689	6.552.590
Grupo Tradicionais	3.978.522	4.073.289
Produtos Financeiros Grupo	37.912.596	28.151.261
Contratos s/ Part Resultados		
Carteira Antiga	183	291
Rendas Individual	2.243.577	1.943.147
Rendas Grupo	18.954.868	19.443.560
Risco		
Seguro ligados a Fundos de Investimento	3.620.032	3.658.033
TOTAL	167.922.796	169.712.764

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

De acordo com a política contabilística do Grupo, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (Loss Adequacy Test - LAT). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se

reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 3.620.032 (2014: Euros 3.658.033) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

(Un

	2015	2014
Seguros de Vida	2.147.714	1.589.731
Seguro ligados a Fundos de Investimento	3.028.134	2.968.663
TOTAL	5.175.848	4.558.394

O teste é efetuado através da melhor estimativa dos cash-flows futuros associados a cada contrato descontados com taxas retiradas da curva de taxas de juro ajustada à composição dos títulos em carteira.

Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
Seguros de rendas		
Rendas Certas-Amortizações	PM 60/64	4%
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens) M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres) HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
Seguros de capitais		
Prazo Fixo	n.a.	4%
Mistos	AF	3,5%
	PM 60/64	4%
	GKM 80	2,75%
	GKM 80	2%
Temporários	PM 46/49	3,5%
	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a
Investimento Seguro		Min. 0%; Máx. 1,85%
Investimento Programado		1,35%
Confiança PPR		1,35%
PPR Novo Valor		3,5%
Valor Mais PPR		3,5%
Garantia Valor PPR/E		0,25%
Garantia Rendimento		0,25%
Invest		4%
PPR Valorização		4%
PPR/E Ações Maximização	n.a.	n.a
BlueCrow Capital	n.a.	n.a

V – NOTAS AO BALANÇO

Seguro de Grupo

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
Seguros de rendas		
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres)	2%
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	
Seguros de capitais		
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%
Misto	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável		
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%
	GKF 80	Min. 0%; Máx. 2%
Lifeplan Investment	n.a.	n.a.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

I. Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 2.370.976 Euros (2014: 2.976.965 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR). Adicionalmente, a provisão para

sinistros inclui uma estimativa no montante de 1.767.699 Euros (2014: 1.675.635 Euros), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

(Un: Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31-12-2014 (1)	Custos com sinistros ⁽¹⁾ Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros ⁽¹⁾ em 31-12-2015 (3)	Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores (3)+(2)-(1)	
Vida	6.841.696	1.572.734	4.886.857	(382.105)	
Acidentes e doença	29.756.555	7.554.538	22.761.246	559.229	
Incêndio e outros danos	5.204.401	2.723.861	1.881.432	(599.108)	
Automóvel	-	-	-	-	
- Responsabilidade civil	10.248.025	2.955.886	7.432.899	140.760	
- Outras coberturas	1.016.701	480.395	201.342	(334.964)	
Marítimo, aéreo e transportes	3.628.103	1.334.467	2.078.999	(214.637)	
Responsabilidade civil geral	595.889	177.130	553.413	134.654	
Crédito e caução	342.747	-	475.550	132.803	
Proteção jurídica	-	-	-	-	
Assistência	-	-	-	-	
Diversos	-	-	-	-	
Total	57.634.116	16.799.012	40.271.738	(563.367)	

(1) Sinistros ocorridos em 2014 e anos anteriores

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2015, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 18.478.153 (Euros 2014: 17.688.096 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

Pensões remíveis:

• Tábua de mortalidade	TD 88/90
• Taxa de desconto	5,25%
• Encargos de gestão	-

Pensões em pagamento:

• Tábua de mortalidade	TV 88/90
• Taxa de desconto	3%
• Encargos de gestão	2%

II. Provisão para Participação nos Resultados do Ramo Vida

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;
- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

O montante da Participação nos Resultados a Atribuir decorrente dos ajustamentos de justo valor dos investimentos ascende a 471.860 Euros (2014: 970.605 Euros). A percentagem a atribuir por modalidade é determinada com base nos valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2012 a 2014).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Para o exercício de 2015, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

(Un: Euros)

Participação nos Resultados a Atribuir	Reserva Reavaliação por ajustamento Justo Valor	% a Atribuir	Saldo final
Carteira Antiga	854	0%	-
Carteira Nova			
Individual	5.898.254	8%	471.860
Rendas Individual	30.031	0%	-
Rendas Individual (novas bases técnicas)	5.146	0%	-
PPR Confiança	351	0%	-
Rendas Grupo	377.253	0%	-
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	360.708	0%	-
Grupo Tradicionais	238.121	0%	-
VICTORIA Vantagem Investimento	1.469.367	0%	-
Total	8.380.355		471.860

V – NOTAS AO BALANÇO

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2015, é a seguinte:

(Un: Euros)

Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo final
			Pagamentos	Aumento benefícios	
Carteira Antiga	45.893	319	2.899	-	43.313
Carteira Nova					
Individual	1.555.657	154.338	579.596	55.431	1.074.968
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	2.835.280	1.864.895	1.777.473	-	2.922.702
VICTORIA Vantagem Investimento	136.112	17.899	3.010	128.128	22.873
Total	4.833.780	2.037.451	2.362.978	183.559	4.324.694

iii. Provisão para Participação nos Resultados do Ramo não Vida

O Grupo possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, preveem a possibilidade de devolver uma

percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

iv. Outras Provisões Técnicas

Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondem a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 15 – Passivos Financeiros de contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro.

No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais existir uma taxa mínima garantida, assumem para as Companhias um risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

	(Un: Euros)		
	Com risco investimento	Sem risco investimento	Total
Valor inicial	35.170.812	397.975	35.568.787
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	2.263.893	11.099	2.274.992
Montantes pagos	6.788.863	13.912	6.802.775
Rendimento (gastos)	1.626.096	23.772	1.649.868
Encargos de Gestão	435.691	10.078	445.769
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	(148.997)	-	(148.997)
Valor final	31.687.250	408.856	32.096.106

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota 13.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 16 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

(Un: Euros)

	2015	2014
Operações de seguro direto	5.796.004	5.190.022
Tomadores de Seguros	4.952.056	4.578.169
Mediadores de Seguros	546.942	501.048
Co-Seguradores	297.006	110.805
Operações de resseguro		
Resseguradores	1.436.212	1.558.140
Outras Operações	2.212.456	2.585.834
TOTAL	9.444.672	9.333.996

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 3.151.904 (2014: Euros 2.907.471) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes.

A rubrica de Outros Credores, engloba entre outros, os montantes de saldos credores das contas de Depósitos à Ordem, conforme mencionado na Nota 1.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

	2015	2014	(Un: Euros)
Rendas e Alugueres	77.832	77.713	
Outros acréscimos e diferimentos	419.789	232.241	
Total	497.621	309.954	

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	2015	2014	(Un: Euros)
Férias e subsídio de férias	1.187.617	1.430.905	
Outros encargos com pessoal	187.933	277.357	
Incentivos Comerciais	1.109.579	1.362.273	
Rendas e alugueres	257.156	252.200	
Outros acréscimos e diferimentos	1.472.724	1.610.850	
Total	4.215.009	4.933.585	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 18 – Capital Próprio

A VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 34.500.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

Este aumento de capital foi subscrito e realizado integralmente pelas Sociedades Société Mutuelle d'Assurance du Bâtiment et des Travaux Publics, e a Société Mutuelle d'Assurance sur la Vie du Bâtiment et des Travaux Publics, bem como pela Sociedade IMPERIO Assurances et Capitalisation, S.A..

Na sequência desta operação a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.. passou a ter um capital social de Euros 54.500.000, representado por 10.900.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do Capital social.

Reservas de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota III. A sua movimentação é analisada como segue:

(Un: Euros)

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Ativos Financeiros	12.684.606	(2.793.954)	(1.006.922)	8.883.730
Instrumentos de capital e Unid Participação	89.329	91.538	(68.837)	112.030
Títulos de Dívida	12.595.277	(2.885.492)	(938.085)	8.771.700
Dívida Pública	6.216.614	(723.939)	(668.060)	4.824.615
De Outros Emissores Públicos	1.766.047	(331.784)	(99.790)	1.334.473
De Outros Emissores	4.612.616	(1.829.769)	(170.235)	2.612.612
Terrenos e Edifícios	305.016	10.004	-	315.020
Total	12.989.622	(2.783.950)	(1.006.922)	9.198.750
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(970.606)	498.745	-	(471.861)
Total	12.019.016	(2.285.205)	(1.006.922)	8.726.889

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 19 – Transações entre partes relacionadas

A VICTORIA tem como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMABTP entidade à qual pertence desde 29 de dezembro de 2011.

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(Un: Euros)

	GANHOS E PERDAS	SMABTP	ASEFA	SMAvie BTP
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite		-	-	-
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido		24.656.995	(1.279)	-
Total dos Proveitos		24.656.995	(1.279)	-
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg		9.605.705	(926)	-
Custos com sinistros		12.947.806	(19.979)	-
Variação Provisões Técnicas		-	-	-
Outros Gastos Gerais e Administrativos		-	-	210.434
Total dos Custos		22.553.512	(20.905)	210.434
Líquido Proveitos/ (Custos) 2015		2.103.484	19.926	(210.434)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2014		(439.970)	(22.178)	-
	BALANÇO	SMABTP	ASEFA	SMAvie BTP
Ativo				
Ativo				
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		-	-	-
Outros Devedores por operações de seguro e outras		103.072	11.297	-
Total do Ativo		103.072	11.297	-
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores		820	-	-
Outros Credores por operações de seguro e outras		-	-	-
Total do Passivo		820	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2015		102.252	11.297	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2014		1.799.223	96.186	946

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere à entidade SMAVieBTP, esta desenvolve a atividade de front office da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 19 – Elementos extra patrimoniais

Compromissos com locação operacional

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se refletidos do seguinte modo:

(Un: Euros)

Compromissos financeiros	Valor
2016	291.072
2017	235.295
2018	218.379
2019	123.990
Total	868.736

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Natureza da Garantia	2015	2014
Avalios, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	1.903	1.903
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	14.999	-
Direção Geral Contribuições e Impostos	282.574	282.574
Câmara Municipal do Porto	-	5.756
TOTAL	299.476	290.233

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia era de Euros 28.096.260 (2014: Euros 26.966.788), dos quais Euros 2.341.001 (2014: Euros 2.364.214) têm taxa garantida.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 20 – Prémios de Contratos de Seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, os prémios brutos emitidos são como segue:

(Un: Euros)

	Prémios brutos emitidos de seguro direto	2015	2014
Relativos a contratos individuais		22.681.170	30.433.259
Relativos a contratos de grupo		17.565.661	12.940.933
		40.246.831	43.374.192
Periódicos		19.216.735	21.587.261
Não Periódicos		21.030.096	21.786.931
		40.246.831	43.374.192
De contratos sem participação nos resultados		4.041.918	7.537.774
De contratos com participação nos resultados		36.204.913	35.836.418
		40.246.831	43.374.192
Saldo de resseguro		(525.017)	(219.958)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2015 e 2014 pode ser analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

2015	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	38.525.846	37.928.445	28.928.961	9.941.018	(1.515.236)
Incêndio e outros danos	15.541.614	15.556.747	6.226.302	4.018.849	(4.260.531)
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	8.704.886	8.749.320	6.584.723	2.165.392	(1.179.180)
- Outras coberturas	3.734.556	3.693.871	2.292.014	924.039	(71.982)
Marítimo, aéreo e transportes	5.320.369	5.204.828	3.127.068	1.828.019	93.439
Responsabilidade civil geral	2.160.750	1.946.972	674.720	920.253	(494.540)
Crédito e caução	123.650	134.250	190.453	3.938	(134.390)
Proteção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	9.342	9.077	567	12.247	713
Sub-total	74.121.013	73.223.510	48.024.809	19.813.755	(7.561.707)
Resseguro aceite	227.961	160.794	13.364	49.933	(123.577)
Total	74.348.974	73.384.304	48.038.173	19.863.688	(7.685.284)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

(Un: Euros)

2014	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	37.897.491	38.218.805	28.790.543	9.305.121	(2.162.534)
Incêndio e outros danos	15.721.804	16.411.036	10.401.240	4.982.050	(2.419.661)
Automóvel					
- Responsabilidade civil	9.240.941	9.739.421	6.317.279	2.923.594	(1.140.550)
- Outras coberturas	3.846.889	4.020.088	2.737.190	1.570.087	(83.412)
Marítimo, aéreo e transportes	5.521.187	5.517.483	4.323.511	1.480.437	441.083
Responsabilidade civil geral	1.618.734	1.494.697	188.107	942.884	(419.334)
Crédito e caução	151.943	152.969	(37.274)	25.944	(77.239)
Proteção jurídica					
Assistência					
Diversos	4.814	2.715	2.282	7.550	(594)
Sub-total	74.003.803	75.557.214	52.722.878	21.237.667	(5.862.241)
Resseguro aceite	28.347	27.447	1.942	16.813	(5.105)
Total	74.032.150	75.584.661	57.724.820	21.254.480	(5.867.346)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 22 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimentos e contratos de prestação de serviços

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

	(Un: Euros)	
	2015	2014
Encargos de subscrição	12.546	14.867
Comissão de gestão	445.862	542.016
	458.408	556.883

Desde finais de 2011, não existem contratos que cumpram com a definição de contratos considerados

para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços.

NOTA 23 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2015 e 2014 são analisados como segue:

	(Un: Euros)				
	2015	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)			
Ramo Vida	35.290.386	1.018.968	628.859		36.938.213
Ramo Não Vida					
Acidentes e doença	26.456.111	710.605	1.762.245		28.928.961
Incêndio e outros danos	6.091.893	853.321	(718.912)		6.226.302
Automóvel					
- Responsabilidade civil	5.770.446	886.730	(72.453)		6.584.723

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

(Un: Euros)

2015	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)		
- Outras coberturas	2.290.044	151.816	(149.846)	2.292.014
Marítimo, aéreo e transportes	2.654.090	267.834	205.144	3.127.068
Responsabilidade civil geral	190.350	41.572	442.798	674.720
Crédito e caução	-	1.923	188.530	190.453
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	567	-	567
Sub-total	43.452.934	2.914.369	1.657.506	48.024.809
Resseguro aceite	-	8.108	5.256	13.364
Total	78.743.320	3.941.445	2.291.621	84.976.386

(Un: Euros)

2014	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)		
Ramo Vida	38.479.633	616.347	(252.735)	38.843.245
Ramo Não Vida				
Acidentes e doença	30.416.453	1.183.544	(2.864.797)	28.735.200
Incêndio e outros danos Automóvel	10.258.564	727.277	(616.667)	10.369.174
- Responsabilidade civil	6.592.225	588.017	(890.459)	6.289.783
- Outras coberturas	2.696.141	242.482	(212.772)	2.275.851

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

2014	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)		
Marítimo, aéreo e transportes	2.482.371	176.650	1.656.230	4.315.251
Responsabilidade civil geral	234.511	18.719	(65.998)	187.232
Crédito e caução	10.764	1.185	(49.278)	(37.329)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1.858	405	-	2.263
Sub-total	52.692.887	2.938.279	(3.043.741)	52.587.425
Resseguro aceite	-	-	-	-
Total	91.172.520	3.554.626	(3.296.476)	91.430.670

NOTA 24 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Terrenos e edifícios	2.149.779	2.120.806
Ativos financeiros detidos para negociação		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	239.752	273.400
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	4.240	1.512
Títulos de Dívida	235.512	271.888
Ativos disponíveis para venda	3.899.533	4.687.689
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	18.923	22.952
Títulos de Dívida	3.880.610	4.664.737
Empréstimos concedidos e contas a receber	11.684	22.056
Depósitos	1.797	6.080
Empréstimos concedidos	9.887	15.976
Investimentos a deter até à maturidade	50.927	-
Títulos de Dívida	50.927	-
Total	6.351.675	7.103.951

Não existem rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 25 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

(Un: Euros)

	2015	2014
Ativos disponíveis para venda	1.157.310	2.826.379
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	107.826	67.618
Títulos de Dívida	1.049.484	2.758.761
<i>Sub-total</i>	1.157.310	2.826.379
Terrenos e edifícios	3.492.774	(74.968)
Total	4.650.084	2.751.411

NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas

O saldo registado nesta conta é como segue:

(Un: Euros)

	2015		2014	
	Valias realizadas	Ajustamento justo valor	Valias realizadas	Ajustamento justo valor
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	(8.604)	(43.328)	(15.106)	123.313
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(496)	155.263	23.966	(230.888)
Títulos de Dívida	(8.108)	(198.591)	(39.072)	354.201
TOTAL	(8.604)	(43.328)	(15.106)	123.313

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

No que respeita aos passivos financeiros,
a movimentação é a seguinte:

(Un: Euros)

	2015	2014
Gastos em passivos	(1.824.724)	(2.811.284)
Ganhos em passivos	174.855	81.106
TOTAL Ganho / (Gasto)	(1.649.869)	(2.730.178)

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

NOTA 28 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 5.

Em 2015, não se registou qualquer tipo de imparidade. A imparidade reconhecida em 2014 no montante de Euros 145.683 respeita a ativos classificados como Instrumentos de capital e unidades de participação, maioritariamente em Fundos Imobiliários.

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

	2015		2014		(Un: Euros)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Outros gastos técnicos						
Por gestão Co-Seguro				-		
Por gestão Fundos de Pensões	177.930	220.509			1.942	2.240
Por outros	-	528			184.921	164.063
					29.365	48.751
Sub-total	177.930	221.037			216.228	215.054
Total	38.298	(5.983)				

NOTA 30 – Outras Provisões (Variações)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Esta provisão inclui no saldo inicial um montante de 2.900.659 Euros que se destina a cobrir a possível

incobrabilidade nos acordos de pagamento de mediadores, encontrando-se reconhecida em imparidade, mencionada na Nota 10. Inclui ainda uma provisão para fazer face a responsabilidades assumidas enquanto entidade gestora de Fundos de Pensões.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

	(Un: Euros)					
Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final	
Outras Provisões	3.669.251	71.850	130.503	2.905.646	704.952	

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 31 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014		2015	2014
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	12.148	1.400	Restituição impostos	145.540	194.528
Multas e penalidades	6.135	234	Outros rendimentos e ganhos	351.800	161.095
Quotizações diversas	-	620			
Outros gastos e perdas	283.543	128.221			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	965	8.164	Juros obtidos	89.613	8.546
Outros gastos e perdas	61.516	55.910	Outros rendimentos e ganhos	56.075	84.512
Ajustamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	487.276	20.631	De recibos por cobrar	183.343	165.023
De créditos de cobrança duvidosa	15.899	227.463	De créditos de cobrança div.		
Perdas em ativos tangíveis	387	92.080	Outros	508.796	(929.170)
Sub-total	867.869	534.723	Sub-total	1.335.167	(315.466)
TOTAL	467.298	(849.663)			

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 32 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

	2015	2014
Despesas com Pessoal	11.486.152	12.322.626
Fornecimento e Serviços Externos	7.105.157	6.938.644
Impostos e Taxas	519.081	442.799
Amortizações do Exercício	1.442.696	1.678.594
Juros Suportados	286	47
Comissões	313.535	329.224
Total	20.866.907	21.711.934

(Un: Euros)

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de Contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 100.200 Euros

Serviços de garantia de fiabilidade – pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno, mapas prudenciais e estatísticos no montante de 35.300 Euros

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Ramo Vida		Ramos Não Vida	Ramo Vida		Ramos Não Vida
	Contratos Seguro	Contratos Investimento	Contratos Seguro	Contratos Seguro	Contratos Investimento	Contratos Seguro
Custos com sinistros	1.018.968	-	2.922.477	616.348		2.938.279
Custos de exploração	5.496.466	297.281	9.905.703	5.884.557	377.882	10.682.861
Custos de aquisição	2.470.608	133.625	4.430.250	1.624.449	96.572	4.461.520
Custos administrativos	3.025.858	163.656	5.475.453	4.260.108	281.310	6.221.341
Custos com investimentos	717.905	38.828	208.165	682.019	43.998	209.140
Custos Gestão Fundos de Pensões	261.114	-		276.850	-	-
Sub-total	7.494.453	336.109	13.036.345	7.459.774	421.880	13.830.280
Total imputado			20.866.907			21.711.934

NOTA 33 – Gastos com o pessoal**Número médio de trabalhadores**

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei

9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício o Grupo teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 269 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

(Un: Euros)

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados 2015	Nº Médio de Empregados 2014
Quadros superiores	36	39
Quadros médios	26	25
Profissionais altamente qualificados	68	65
Profissionais qualificados	139	149
Profissionais semi – qualificados	-	-
Estagiários e aprendizes	-	-
Total	269	278

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são analisados como segue:

(Un: Euros)

Rubricas	2015	2014
Remunerações		
dos órgãos sociais	50.057	9.500
do pessoal	8.836.910	9.485.635
Encargos sobre remunerações	2.002.260	2.231.582
Benefícios pós-emprego	-	-
Planos de contribuição definida	127.400	79.190
Planos de benefício definido	9.569	9.198
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	34.148	57.525
Benefícios de cessação de emprego	40.716	(3.794)
Seguros obrigatórios	218.092	217.157
Gastos de ação social	68.907	85.978
Outros gastos com pessoal	98.093	150.655
Total de custos com pessoal	11.486.152	12.322.626

Os órgãos das Companhias responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo

com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

A sendo uma organização transversal ao grupo,
a composição é a seguinte:

(Un: Euros)

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VICTORIA Vida	VICTORIA Seguros
Conselho Executivo	3	202.426	214.433
Diretores	8	416.570	424.612
Responsáveis	20	313.934	854.112
Total	31	932.930	1.493.157

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos
órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT
da Atividade Seguradora.

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO**VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO**

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida.

A Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 e alterações posteriores, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício. A referida lei estabelece, entre outros, o novo regime de Solvência (Solvência II) aplicável ao setor segurador, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

De forma a cumprir as obrigações impostas pela nova regulamentação de Solvência II, a Companhia estabeleceu um plano de implementação que foi remetido à ASF, no âmbito da Circular n.º 5/2014, de 12 de Dezembro, contendo, entre outros a calendarização das tarefas planeadas e respetivo grau de execução e a abordagem aos vários tipos de requisitos incluídos no regime Solvência II (quantitativos, qualitativos e de reporte e divulgação de informação).

De acordo com o Regulamento Delegado em vigor, a Companhia terá de enviar à ASF até 20 semanas após 1 de janeiro de 2016, os dados definitivos do Balanço económico de abertura de acordo com os novos critérios de Solvência e os valores relativos ao requisito de capital de solvência (SCR) e ao requisito de capital mínimo (MCR) com referência à data de entrada em vigor do novo regime, ou seja, 1 de janeiro de 2016. Consequentemente, à data atual, embora o Conselho de Administração esteja a preparar informação preliminar a este respeito, não dispõe de informação definitiva, encontrando-se o Plano de Implementação em fase de execução, com as suas diversas fases e atividades a serem executadas de acordo com o calendário previsto.

Adicionalmente, também não se perspetivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos de negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos

internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2015.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia.

Não existem revisões, alterações e melhorias nas normas e e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa.

b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu três melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção aplicável ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1361/2014, de 18 de Dezembro), as alterações são aplicáveis prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de julho de 2014.

2. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2016 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Já endossadas pela UE:

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado. De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/29, de 17 de Dezembro de 2014), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu seis melhorias em cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos. A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/28, de 17 de Dezembro de 2014) as melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2113/2015, de 23 de novembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos

rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2231/2015, de 2 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é prospetiva.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o

subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2406/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. As entidades não necessitam de divulgar a informação exigida pelos parágrafos 28-30 da IAS 8 em relação a estas emendas.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

A aplicação deve ser retrospectiva.

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: Eurozone) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado ativo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo.

Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2343/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. Se uma entidade aplicar essas emendas a um período anterior, deve divulgar esse facto.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014)

Esta norma foi finalmente completada em 24 de Julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento - a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO**IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS**

- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prosequitivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.

- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de Setembro de 2014)

1 RELATÓRIO**2** INFORMAÇÃO FINANCEIRA**3** RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IX) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospetiva.

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de Maio de 2014)

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguinte normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (iv) reconhecer os rendimentos quando a entidade

satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO NÃO INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS										
1.1 - Nacionais										
1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas										
792910054001	Future Healthcare Internacional, SGPS S.A	600.000				3.000.000	3.279.587			
	sub-total	600.000				3.000.000	3.279.587	-		
	total	600.000				3.000.000	3.279.587	-		
2 - OUTROS TÍTULOS										
2.1 - Nacionais										
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo										
2.1.1.1 - De dívida pública										
PTOTENO0018	O. T. JUNHO TF 08/18		100.000	97,04		97.038	110	110.350	2.420	4,450%
PTOTEYO0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,46		198.918	113	225.280	5.470	3,850%
PTOTEKO0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		110.000	98,65		108.513	103	113.377	666	2,875%
PTOTEKO0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		2.650.000	98,65		2.614.185	99	2.614.185	16.038	2,875%
PTOTEKO0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		1.090.000	98,59		1.074.631	103	1.123.463	6.597	2,875%
PTOTELO0010	O.T. OUT TF 07/17		27.000	103,44		27.929	108	29.039	244	4,350%
PTCON40E0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	55,38		15.896	90	25.831	571	4,000%
PTOTEKO0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		500.000	98,65		493.242	99	493.242	3.026	2,875%
	sub-total		4.705.701			4.630.352		4.734.767	35.030	
2.1.1.2 - De outros emissores públicos										
2.1.1.3 - De outros emissores										
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	-		-	0	-	-	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	-		-	0	-	-	
PTCG2Y0E0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,09		1.000.865	114	1.142.680	39.356	4,250%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço		
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados
913910003401	CONSTCAMPO ALEGRE 91/96		75	-		-	0	-	-
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	-		-	0	-	-
913910003301	FABRIFER 91/96		100	-		-	0	-	-
913012886001	SOMECA 92/97		150	-		-	0	-	-
913012886002	SOMECA 94/99		349	-		-	0	-	-
	sub-total		1.001.222			1.000.865		1.142.680	39.356
	sub-total		5.706.923			5.631.218		5.877.447	74.387
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável								
	2.1.2.1 - Ações								
	sub-total	0				-		-	-
	2.1.2.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				-		-	-
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800			4	2.485.953	4	2.535.530	
	sub-total	683.800				2.485.953		2.535.530	-
	2.1.2.4 - Outros								
	sub-total	0							
	sub-total	683.800	5.706.923			2.485.953	0	2.535.530	-
	total	683.800	5.706.923			8.117.171		8.412.977	74.387
	2.2 - Estrangeiros								
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo								
	2.2.1.1 - De dívida pública								
BE0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	99,61		1.683.344	103	1.735.714	14.106
ES0000012018	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	99,60		2.987.924	104	3.123.150	104.318

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	100,73		3.021.841	110	3.302.550	51.754	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	102,56		307.669	116	349.455	5.622	4,500%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	98,70		986.998	111	1.108.900	7.254	2,250%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	101,12		303.355	113	337.950	7.418	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	125,47		1.003.744	146	1.171.320	49.452	6,250%
IT0004019581	BUONI POLIENNALI TF 06/16		1.100.000	100,40		1.104.412	102	1.123.925	17.178	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	100,70		302.092	104	313.080	4.997	4,000%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	97,69		195.375	116	232.330	3.123	3,750%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	101,91		5.095.499	109	5.462.500	93.699	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	102,07		204.139	111	222.640	3.748	4,500%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	100,65		1.509.772	116	1.737.600	19.836	4,000%
FI0001006066	FINNISH GOVTF TF 06/17		600.000	104,81		628.873	107	643.080	6.797	3,875%
FI4000020961	FINNISH GOVTF TF 11/21		900.000	105,07		945.662	118	1.061.775	22.377	3,500%
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000	99,68		996.841	101	1.011.000	22.111	3,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	100,99		2.322.701	119	2.739.300	58.678	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	101,80		1.018.048	110	1.098.800	27.213	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	100,85		605.089	115	690.540	14.287	3,500%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	133,35		666.728	158	788.575	28.914	8,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	116,76		2.451.903	128	2.688.945	16.338	4,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	105,74		391.244	113	419.173	5.569	2,500%
GR0000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,00		5	0	1.695	-	0,000%
IE0006857530	IRISH GOVERNMENT TF 99/16		2.950.000	101,20		2.985.279	101	2.990.858	95.287	4,600%
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	107,72		538.615	124	622.325	14.703	4,375%
NL0001022275	NETHERLANDS GOVTF TF 06/23		6.200.000	108,76		6.743.346	124	7.664.750	222.945	3,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVTF TF 10/20		300.000	102,36		307.084	116	348.135	4.848	3,500%
NL0009712470	NETHERLANDS GOVTF TF 11/21		300.000	102,41		307.244	117	352.080	4.502	3,250%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,48		994.804	122	1.222.350	42.781	4,500%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,03		400.104	118	471.260	7.203	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.500.000	99,74		2.493.518	119	2.979.250	25.581	3,500%
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 06/16		1.000.000	102,63		1.026.252	103	1.030.200	11.694	4,000%
AT0000A0AN9A	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	113,65		5.114.065	121	5.458.050	114.436	3,650%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		50.000	106,18		53.090	113	56.645	753	2,500%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVTF 10/20		50.000	102,12		51.060	116	58.023	808	3,500%
DE0001135408	BUNDESREP DEUTSCHLAND TF 10/20		400.000	111,41		445.635	114	455.760	5.902	3,000%
DE0001030500	DEUTSCHLAND I/L BOND TF 06/16		1.700.000	116,89		1.987.080	115	1.959.446	21.080	1,500%
FI4000010848	FINNISH GOVTF 10/20		200.000	111,82		223.635	115	229.360	4.795	3,375%
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	109,11		1.854.866	107	1.816.907	1.878	0,250%
FR0010850032	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		600.000	113,76		682.578	115	687.335	3.614	1,300%
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	135,34		1.759.452	131	1.699.700	11.183	1,850%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		100.000	108,69		108.693	110	109.880	2.721	4,000%
FR0011486067	FRANCE OAT TF 12/23		1.400.000	107,82		1.509.471	109	1.523.480	14.727	1,750%
	sub-total		55.540.000			58.319.131		63.099.789	1.196.230	
	2.2.1.2 - De outros emissores publicos									
FR0010301747	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/16		300.000	100,28		300.851	101	303.492	7.399	3,625%
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	102,17		2.554.187	117	2.930.125	17.162	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		1.000.000	102,66		1.026.614	118	1.179.450	28.914	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		900.000	104,45		940.051	123	1.110.960	7.208	4,375%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	99,21		1.101.278	113	1.255.232	24.557	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		400.000	99,57		398.261	104	416.024	2.078	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,99		499.931	100	501.480	237	0,247%
XS1107266782	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/22		600.000	99,99		599.940	99	596.118	61	0,167%
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000	101,36		304.081	106	316.728	9.127	4,250%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.700.000	99,95		1.699.123	100	1.705.525	133	0,034%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
DE000A11QEHS	LAND BERLIN 14/20		1.200.000	99,93		1.199.111	101	1.208.304	141	0,066%
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	101,89		203.778	109	218.758	7.149	4,250%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.600.000	99,99		1.599.788	100	1.602.288	67	0,029%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		2.400.000	100,04		2.401.066	100	2.411.160	518	0,101%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,93		1.598.898	101	1.617.776	230	0,305%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	111,33		2.783.195	124	3.106.575	63.354	4,375%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	99,98		1.399.728	102	1.432.004	276	0,592%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		1.400.000	99,40		1.391.600	100	1.405.192	-	0,000%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,52		99.520	105	104.006	519	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		600.000	100,00		600.000	100	601.671	284	0,247%
DE000A1K0UB7	KFW TF 11/16		90.000	104,55		94.095	97	91.355	566	2,000%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.400.000	99,89		1.398.474	100	1.404.802	110	0,034%
DE000A11QEHS	LAND BERLIN 14/20		500.000	99,94		499.680	101	503.256	59	0,066%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.000.000	99,96		999.600	100	1.001.310	42	0,029%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		1.000.000	99,86		998.600	101	1.004.825	216	0,101%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		700.000	99,88		699.160	101	707.819	101	0,305%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		3.000.000	100,28		3.008.364	100	3.010.440	-	0,000%
XS0767839185	B.E.I. 12/19		5.000.000	101,56		5.077.957	101	5.062.650	3.540	0,331%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	112,58		788.074	113	791.588	15.486	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,57		99.565	104	104.006	519	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,99		499.931	100	501.480	237	0,247%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		3.000.000	99,95		2.998.448	100	3.009.750	235	0,034%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		2.700.000	99,99		2.699.642	100	2.703.861	113	0,029%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		3.900.000	100,63		3.924.615	100	3.918.135	843	0,101%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		3.000.000	99,93		2.997.933	101	3.033.330	432	0,305%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	102,56		3.076.937	102	3.068.580	592	0,592%
sub-total				51.900.000		52.562.076		53.940.055	192.505	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		600.000	100,00		599.981	100	599.328	136	0,159%
FR0011521103	AIR LIQUIDE FINANCE 13/16		2.100.000	99,99		2.099.719	100	2.098.824	56	0,068%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,68		99.681	97	97.128	722	1,250%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		400.000	99,99		399.962	99	394.212	90	0,425%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		900.000	99,57		896.133	91	817.677	22.025	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		300.000	99,97		299.917	93	277.500	7.974	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	99,38		298.145	111	331.692	8.438	2,950%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,03		1.600.434	115	1.836.480	46.863	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,70		199.397	126	251.170	5.347	4,750%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		400.000	99,94		399.778	100	400.836	3.399	1,500%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,02		15.002.779	108	16.274.850	162.917	4,250%
XS1023268060	BAYER AG 14/16		300.000	100,00		299.995	100	300.000	92	0,167%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		400.000	99,63		398.517	100	400.808	639	0,500%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		500.000	99,88		499.386	101	503.190	261	0,458%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		700.000	99,78		698.453	101	707.910	8.523	2,875%
FR0010114991	BPCE SA TF 04/16		1.200.000	102,75		1.232.978	102	1.229.952	12.401	4,500%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		200.000	99,91		199.819	106	212.278	5.890	3,125%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000	100,00		199.992	100	200.364	343	0,813%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		400.000	99,98		399.927	99	395.252	42	0,375%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		300.000	99,99		299.970	95	285.150	7.978	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		900.000	99,87		898.861	100	901.629	1.012	0,653%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000	103,06		2.061.187	111	2.212.300	56.311	4,500%
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000	99,24		3.274.806	107	3.547.137	24.919	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	103,85		311.558	124	371.850	8.791	4,875%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		100.000	99,96		99.959	100	100.150	87	0,896%
XS1121919333	CREDIT SUISSE LONDON 14/19		300.000	99,80		299.412	100	299.625	254	0,401%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
FR0012432904	DANONE SA 15/20		200.000	100,00		199.992	100	199.406	122	0,281%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000	101,01		4.545.494	108	4.879.125	26.557	4,500%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		400.000	99,67		398.660	107	428.468	6.110	2,250%
XS1180451657	ENI SPA TF 15/26		100.000	99,32		99.322	96	95.642	1.364	1,500%
DE000HBE1MPS	EUROHYPO AG TF 06/16		1.500.000	101,32		1.519.814	103	1.551.750	6.352	3,875%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000	99,36		298.073	101	303.342	767	2,750%
XS1117297942	GEBERIT INTERNATIONAL TF 15/21		300.000	100,00		299.998	99	298.170	1.560	0,688%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		400.000	99,31		397.232	101	404.552	2.301	2,125%
FR0013066669	HAVAS SA TF 15/20		400.000	99,72		398.878	100	398.188	471	1,875%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		1.300.000	100,00		1.299.943	100	1.300.208	444	0,189%
FR0013062684	HSBC FRANCE 15/19		1.000.000	100,00		999.967	100	999.860	421	0,446%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		700.000	103,00		720.965	104	725.557	870	1,625%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		1.000.000	98,99		989.899	98	983.340	1.626	2,125%
ES0347785000	IM CEDULAS TF 06/16		2.900.000	101,15		2.933.219	102	2.948.720	69.033	4,250%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,47		198.936	116	232.622	1.271	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		200.000	99,90		199.805	104	208.676	904	2,625%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	101,81		305.442	118	354.540	5.164	3,500%
DE000A022K52	KFW TF 09/16		500.000	100,07		500.366	102	508.275	7.684	3,125%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	101,10		303.293	112	336.555	10.956	3,875%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000	99,79		1.945.988	101	1.961.954	-	0,000%
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUIITT 14/19		800.000	99,77		798.154	100	796.504	149	0,149%
XS1284577043	MERCK FIN SERVICES GMBH 15/17		100.000	100,00		100.000	100	99.976	10	0,117%
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,65		298.959	102	305.601	1.364	1,375%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	99,97		299.905	100	299.172	2.004	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.100.000	99,56		1.095.179	93	1.021.504	14.372	2,500%

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
FI4000148671	NESTE OIL OYI TF 15/22		200.000	99,52		199.038	99	197.862	3.363	2,125%
XS1307993292	NV NEDERLANDSE GASUNIE 15/18		400.000	100,00		399.998	100	400.168	271	0,321%
XS1139287350	PIRELLI INTERNATIONAL TF 14/19		300.000	101,33		303.996	99	295.959	617	1,750%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		200.000	98,86		197.729	102	204.200	932	1,875%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		200.000	99,95		199.895	99	198.812	33	0,919%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		400.000	99,34		397.376	111	443.848	3.456	2,875%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		300.000	99,15		297.449	100	298.929	692	1,875%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.100.000	99,99		1.099.917	100	1.098.603	73	0,114%
FR0012969012	SANOFI 15/19		300.000	99,99		299.983	100	299.994	13	0,169%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		500.000	99,99		499.956	100	501.070	118	0,208%
DE000A14KJ18	SAP SE 15/20		200.000	99,99		199.975	100	199.882	131	0,259%
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,47		596.800	101	606.204	2.803	1,500%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000	99,82		199.645	101	202.188	467	2,375%
XS1292468987	SHELL INTERNATIONAL FIN 15/19		400.000	100,00		399.985	100	399.648	48	0,272%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	117,95		943.631	122	976.960	28.841	4,125%
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		1.000.000	100,00		999.995	100	1.000.600	653	0,573%
XS0867620303	SOCIETE GENERALE 14/16		600.000	99,99		599.921	100	600.264	11	0,219%
BE6282455565	SOLVAY SA 15/17		200.000	100,00		200.000	100	200.746	114	0,707%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		400.000	99,99		399.971	100	398.676	56	0,117%
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		1.500.000	99,99		1.499.852	100	1.495.440	84	0,167%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	99,42		298.275	109	328.203	990	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		300.000	100,09		300.278	88	264.096	6.645	2,625%
XS1105679366	UBS AG LONDON 14/16		1.200.000	100,00		1.199.970	100	1.200.768	109	0,126%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		700.000	99,97		699.790	112	780.983	28.559	4,125%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		1.000.000	100,00		999.992	100	999.190	50	0,064%
XS1145750037	URENCO FINANCE NV TF 14/24		300.000	99,52		298.561	97	292.287	565	2,375%
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	100,00		199.992	100	200.118	217	0,528%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS1055497769	VOLKSWAGEN BANK 14/16		200.000	100,00		199.994	100	199.552	113	0,252%
XS1019327029	VOLKSWAGEN INTL FIN NV 14/16		300.000	100,00		299.996	100	299.955	146	0,246%
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		500.000	100,00		500.000	100	499.442	113	0,159%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		500.000	100,00		500.000	93	462.500	13.289	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		500.000	99,26		496.295	111	552.824	14.063	2,950%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		700.000	99,65		697.536	100	701.484	5.948	1,500%
XS1023268060	BAYER AG 14/16		100.000	100,00		100.000	100	100.004	31	0,167%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		700.000	99,85		698.957	101	704.261	365	0,458%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		100.000	99,77		99.772	101	101.130	1.218	2,875%
FR0010114991	BPCE SA TF 04/16		700.000	105,94		741.580	103	717.500	7.234	4,500%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		400.000	100,00		400.000	99	395.196	42	0,375%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		100.000	99,85		99.850	100	100.181	112	0,653%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		170.000	99,95		169.915	100	170.319	148	0,896%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		100.000	100,00		100.000	100	99.703	61	0,281%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		500.000	99,56		497.805	107	535.599	7.637	2,250%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		700.000	99,94		699.580	100	700.112	239	0,189%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		100.000	103,45		103.450	104	103.651	124	1,625%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		500.000	99,36		496.810	116	581.521	3.176	3,750%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		2.550.000	99,65		2.540.973	101	2.565.148	-	0,000%
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		200.000	99,76		199.520	100	199.120	37	0,149%
XS1284577043	MERCK FIN SERVICES GMBH 15/17		100.000	100,00		100.000	100	99.976	10	0,117%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		200.000	99,97		199.934	100	199.448	1.336	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		400.000	99,46		397.848	93	371.375	5.226	2,500%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		200.000	99,95		199.900	99	198.770	33	0,191%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.000.000	100,00		1.000.000	100	998.826	67	0,114%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		300.000	100,00		300.000	100	300.635	71	0,208%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		200.000	100,00		200.000	100	199.874	131	0,259%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		100.000	99,69		99.691	112	111.571	3.107	3,375%
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		100.000	100,00		100.000	100	100.071	65	0,573%
XS0867620303	SOCIETE GENERALE 14/16		300.000	99,98		299.940	100	300.135	5	0,219%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		400.000	100,00		400.000	100	398.800	56	0,117%
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		900.000	100,00		900.000	100	897.243	50	0,167%
XS094991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		500.000	99,33		496.655	109	547.037	1.650	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		600.000	100,00		600.000	88	528.114	13.290	2,625%
XS1105679366	UBS AG LONDON 14/16		800.000	100,00		800.000	100	800.480	73	0,126%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		200.000	100,00		200.000	100	199.838	10	0,064%
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	100,00		200.000	100	200.138	217	0,528%
XS1055497769	VOLKSWAGEN BANK 14/16		700.000	100,00		700.000	100	698.537	397	0,252%
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		100.000	100,00		99.997	100	99.888	23	0,159%
FR0011521103	AIR LIQUIDE FINANCE 13/16		1.600.000	99,99		1.599.809	100	1.599.104	42	0,068%
FR0012820835	AIR LIQUIDE FINANCE 15/18		500.000	99,99		499.953	100	497.800	2	0,169%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,68		99.681	97	97.128	722	1,250%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		200.000	99,99		199.981	99	197.106	45	0,425%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		600.000	96,83		580.999	91	545.118	14.683	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		200.000	99,97		199.945	93	185.000	5.316	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	110,22		440.874	111	442.256	11.250	2,950%
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	101,17		303.507	81	241.500	12	0,349%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		2.000.000	100,15		2.002.958	100	2.004.180	16.994	1,500%
XS1023268060	BAYER AG 14/16		400.000	100,00		399.993	100	400.012	122	0,167%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		200.000	99,63		199.259	100	200.404	320	0,500%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		1.500.000	100,54		1.508.053	101	1.509.570	782	0,458%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		400.000	99,78		399.116	101	404.520	4.870	2,875%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
FR0012601342	BPCE SA 15/17		1.500.000	100,03		1.500.482	100	1.499.640	74	0,084%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		300.000	103,53		310.589	106	318.417	8.836	3,125%
FR0012821924	CAP GEMINI SA 15/18		100.000	99,99		99.990	101	100.646	203	0,810%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000	100,11		200.220	100	200.364	343	0,813%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		300.000	99,98		299.945	99	296.439	31	0,375%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		200.000	109,71		219.415	95	190.100	5.319	3,248%
FR0012057412	FCFM NORD EUROPE 14/19		1.000.000	99,87		998.735	100	1.001.810	1.125	0,653%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		1.500.000	99,96		1.499.383	100	1.502.250	1.307	0,896%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		300.000	100,00		299.988	100	299.109	183	0,281%
DE000A0EUP98	DEUTSCHE GENOSSEN-HYPOBK		800.000	103,16		825.275	103	826.480	5.333	4,000%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		300.000	102,99		308.976	107	321.351	4.582	2,250%
XS1117297942	GEBERIT INTERNATIONAL TF 15/21		500.000	100,00		499.997	99	496.950	2.599	0,688%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		200.000	99,31		198.616	101	202.276	1.150	2,125%
FR0013066669	HAVAS SA TF 15/20		200.000	99,72		199.439	100	199.094	236	1,875%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		2.800.000	100,00		2.799.876	100	2.800.448	956	0,189%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		700.000	103,00		720.965	104	725.557	870	1,625%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		500.000	98,99		494.950	98	491.670	813	2,125%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,47		198.936	116	232.622	1.271	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		100.000	99,90		99.902	104	104.338	452	2,625%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		3.000.000	100,74		3.022.271	101	3.018.390	-	0,000%
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUIITT 14/19		200.000	99,77		199.538	100	199.126	37	0,149%
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,65		298.959	102	305.601	1.364	1,375%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	99,97		299.905	100	299.172	2.004	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.300.000	98,17		1.276.160	93	1.207.232	16.985	2,500%
FI4000148671	NESTE OIL OY TF 15/22		400.000	99,52		398.076	99	395.724	6.726	2,125%
XS1307993292	NV NEDERLANDSE GASUNIE 15/18		500.000	100,00		499.998	100	500.210	339	0,321%
XS1139287350	PIRELLI INTERNATIONAL TF 14/19		300.000	101,33		303.996	99	295.959	617	1,750%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010232298	BFT MONETAIRE	705			13.532	9.539.748	13534	9.541.174		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	489			2.289	1.119.409	2290	1.119.614		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	175			10.958	1.917.684	10961	1.918.193		
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	14.606			109	1.589.818	109	1.589.897		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	21			57.258	1.202.410	57261	1.202.473		
FR0000291239	CPR CASH - P	142			22.573	3.205.357	22575	3.205.715		
IE00806VB680	PREFP PAN-EUROPEAN REAL ESTATE	9.073			71	641.750	77	701.361		
	FUNDO									
LU0579997130	BLACKROCK EUROPEAN EQUITY INC	1.600			14	22.544	20	31.232		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	904			36	32.984	49	43.971		
DE0005933931	ISHARES CORE DAX UCITS ETF D	142			98	13.918	95	13.486		
DE0002635299	ISHARES EUROPE SEL DIV 30	986			18	17.423	17	16.476		
DE0005933923	ISHARES MDAX UCITS ETF DE	16			188	3.010	184	2.938		
IE00B2QWCY14	ISHARES S&P SMALLCAP 600	428			45	19.181	42	17.839		
DE0002635307	ISHARES STOXX EUROPE 600 DE	2.370			37	87.247	37	87.453		
DE000A0F5UH1	ISHARES STOXX GBL SEL DIV 100 DE	641			27	17.474	26	16.608		
FR0007056841	LYXOR ETF DJ IND AVG-D EUR	82			163	13.401	162	13.277		
FR0010010827	LYXOR ETF FTSE MIB	408			23	9.462	21	8.637		
FR0010251744	LYXOR ETF IBEX 35	170			107	18.115	94	16.000		
FR0007063177	LYXOR ETF NASDAQ 100	2.989			16	48.605	17	50.487		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	1.506			24	35.766	38	57.424		
FR0010232298	BFT MONETAIRE	94			13.532	1.272.035	13534	1.272.157		
LU0329592371	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EUR SHORT DUR BONDS	1.400			16	22.820	16	22.834		
LU0094219127	BNP INSTICASH EUR I	3.468			141	488.243	141	488.658		

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
LU0290357507	DB X-TRACKERS II IBOXX SOV EUROZONE 15+	129			310	39.954	301	38.812		
LU0290355717	DBX II IBX SOV EUROZONE	314			222	69.637	222	69.856		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	135			2.287	308.754	2290	309.096		
IE00B3F81R35	ISHARES CORE EURO CORP BOND	209			127	26.519	126	26.416		
DE0002511243	ISHARES EURO CORP BND LC	191			133	25.416	132	25.118		
IE00B66F4759	ISHARES EURO HY CORP BND	491			107	52.652	103	50.431		
US4642885135	ISHARES IBOXX HIGH YIELD USD	467			79	36.986	74	34.632		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	3			10.927	32.781	10961	32.883		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	475			126	60.062	129	61.199		
CH0104136236	ISHARES GOLD CH	194			99	19.248	96	18.552		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	20			10.777	215.544	10849	216.990		
FR0000291239	CPR CASH - P	11			22.526	247.788	22575	248.330		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	10			20.365	203.650	20487	204.868		
FR0010232298	BFT MONETAIRE	325			13.533	4.398.218	13534	4.398.414		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	886			2.289	2.028.319	2290	2.028.586		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	7.254			133	963.356	129	935.035		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	133			10.838	1.441.448	10850	1.442.984		
FR0000291239	CPR CASH - P	234			22.574	5.282.287	22575	5.282.658		
FR0010554683	ECOFI MONETAIRE COURT TRM - I	10			10.981	109.815	11002	110.025		
FR0010609115	LFP TRESORERIE - I	1			108.147	108.147	108567	108.567		
	sub-total	53.907				37.008.983		37.081.354	-	
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total									
	total	53.907	231.110.000			272.157.678		280.964.035	2.273.298	
	3 - TOTAL GERAL	1.337.707	236.816.923			283.274.848		292.656.599	2.347.684	

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.



VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.



Ernst & Young
Audit & Associates - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-9º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2015 (que evidência um total de 385.610.591 Euros e um total de capital próprio de 70.524.843 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.714.892 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e

Sociedade Anónima - Capital Social: 1.000.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição n.º 90111 no Contadão do Ministério da Economia e Inovação
Certificação n.º 045/186/2015 - C.º de Comércio da Associação Empresarial
A member firm of Ernst & Young Global Limited



2

divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivas alterações subsequentes.

179

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO



3

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 30 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1.230)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO
FINANCEIRA3 RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃORELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2015

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da **VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.** tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidada (Contas Técnica e Não Técnica), as Demonstrações Consolidadas dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordamos.

Analísamos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.



Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da **VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.** aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas consolidadas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2015;
- b) A proposta de aplicação dos resultados incluída no Relatório de Gestão;
- c) A gestão da Sociedade exercida em 2015 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos ao Conselho de Administração o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 30 de Março de 2016

O Conselho Fiscal



João de Lara Everard
(Presidente)



Santiago Gil de Biedma
(Vogal)



António Vila
(Vogal)

Num mundo em que nada perdura e em que até o tempo é alvo de mudança, a VICTORIA mantém a solidez e estabilidade que a caracteriza, cultivando os mesmos valores de sempre:

ENTUSIASMO E ESPIRITO DE EQUIPA.

Temos energia para enfrentar todos os desafios
Colaboramos entre nós
Promovemos o nosso desenvolvimento
Celebramos os sucessos
Temos orgulho naquilo que fazemos
Valorizamos a diversidade de ideias

CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA.

Somos claros na informação que damos
Agimos com seriedade e rigor
Respondemos por aquilo que fazemos

ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE.

Valorizamos o Cliente, antecipando as suas necessidades
Surpreendemos o Cliente com evidência do nosso apoio e competência

EXCELÊNCIA NA EXECUÇÃO.

Somos eficientes na utilização dos recursos disponíveis para atingir o resultado a que nos propomos
Somos inovadores, melhorando continuamente os processos e a nossa atuação
Somos capazes de fazer acontecer

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade,
200 1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 · F 213 134 700

Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico